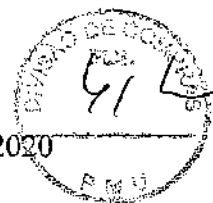


AVISO DE LICITAÇÃO

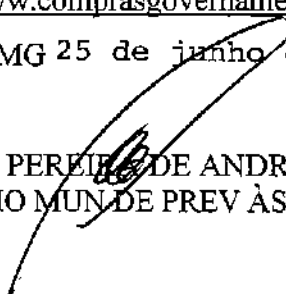
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 277/2020

CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO GLOBAL"



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS, DEFESA SOCIAL E DEFESA CIVIL E DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA através da DIRETORIA DE COMPRAS - Realizará licitação supramencionada - Objeto: prestação de serviços de videomonitoramento e de segurança eletrônica integrada, incluindo locação, instalação, remanejamento e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como a disponibilização dos equipamentos, com a devida atualização tecnológica, sem qualquer custo adicional para o Contratante, e aquisição de Infraestrutura, destinados ao atendimento dos diversos equipamentos públicos em atendimento à Secretaria acima citada . A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até às 09:00 horas do dia 10 /07 /2020, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br

Uberlândia, MG 25 de junho de 2020


MAURICIO PEREIRA DE ANDRADE JUNIOR
SECRETÁRIO MUN DE PREV ÀS DROGRAS, DEFESA SOCIAL E DEFESA CIVIL, INTERINO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 277/2020

CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO GLOBAL"

O Secretário Municipal de Prevenção às Drogas, Defesa Social e Defesa Civil, interino no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes nos termos do Decreto Municipal nº. 16.926/2017, torna público, para conhecimento das interessadas, que fará realizar através do (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 18.213/2019, o Processo Licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 277/2020, Tipo "Menor Preço", cuja sessão pública será realizada via Internet, visando à seleção de empresa para a realização do objeto do presente Edital.

A SESSÃO PÚBLICA, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, se inicia às 09:00 horas do dia 10 / 07 / 2020, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

CÓDIGO UASG: 926922

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

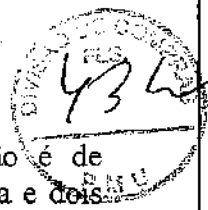
Esta licitação reger-se-á pelo disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Municipal nº. 8.298/2003, na Lei Complementar Federal nº. 123/2006, no Decreto Municipal nº. 18.333/2019, no Decreto Municipal nº. 10.972/2007, Decreto Municipal nº 8.957/2002 e Decreto Federal nº 7.892/2013, pelas disposições contidas neste Edital e demais legislações.

CAPÍTULO I – OBJETO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS DE ENTREGA

1.1) OBJETO – Tem-se por objeto a Ata de Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de videomonitoramento e de segurança eletrônica integrada, incluindo locação, instalação, remanejamento e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como a disponibilização dos equipamentos, com a devida atualização tecnológica, sem qualquer custo adicional para o Contratante, e aquisição de Infraestrutura, destinados ao atendimento dos diversos equipamentos públicos, em atendimento a Secretaria Municipal de Prevenção às Drogas, Defesa Social e Defesa Civil e demais Órgãos da administração direta do município de Uberlândia/MG, conforme especificado neste Edital e no Termo de referência.

1.1.1) A descrição detalhada do (s) item (ns) (**Termo de Referência - Anexo VI**), deve ser analisada cuidadosamente pelas Licitantes interessadas em participar desta Licitação, pois que, em caso de divergência com a especificação divulgada pelo site: www.comprasgovernamentais.gov.br, prevalecerá a descrição do Termo de Referência para efetivação da compra.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interino



1.2) VALOR ESTIMADO – O valor global estimado para a presente licitação é de R\$7.532.942,61 (sete milhões, quinhentos e trinta e dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e um centavos).

CAPÍTULO II - DO PAGAMENTO

2.1) Os pagamentos (Lote I) serão efetuados conforme medições mensais dos quantitativos efetivamente realizados até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços e Lote II será pago conforme a efetiva entrega dos serviços por equipamento público/unidade.

2.2) O pagamento será efetuado pelo Contratante mediante a apresentação de prova de regularidade com os Débitos Trabalhistas, prova de regularidade pela Contratada para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e para com a Seguridade Social.

2.3) O empenho para pagamento será sempre emitido pelo Contratante, para o CNPJ e endereço fornecidos na documentação de habilitação e proposta, não sendo possível a substituição dos mesmos, exceto no interesse da administração, através de aditivo contratual, respeitando-se as exigências de apresentação de todas as certidões de quitação fiscal e trabalhista para todos os CNPJ envolvidos até o final da execução contratual, incluindo eventuais aditamentos de prazo.

2.4) Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que se efetivem as correções necessárias. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, o que não acarretará qualquer ônus para o Município de Uberlândia.

2.5) As licitantes que tenham interesse em participar do presente Processo Licitatório pela Matriz, e pretendam faturar por intermédio de outras Filiais, deverão comprovar também que estas atendem a todas as exigências habilitatórias, pois o faturamento somente poderá ser feito pela Matriz ou Filial que apresentou os documentos para fins de Habilitação.

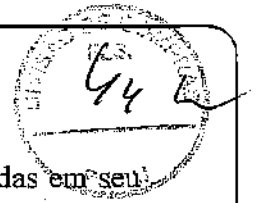
CAPÍTULO III - DO CREDENCIAMENTO

3.1) O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2) O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3) O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interino



3.4) A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5) É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1) A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação da participante.

CAPÍTULO IV - DA PARTICIPAÇÃO

4.1) SÃO CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DESTA LICITAÇÃO:

4.1.1) Poderão participar deste Pregão interessados que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.1.2) Que a empresa não se encontre declarada inidônea, suspensa e/ou impedida para licitar ou contratar com Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal e inexistir fato superveniente impeditivo de sua habilitação¹.

4.2) NÃO PODERÁ PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

4.2.1) Empresa entre cujos dirigentes, gerentes, sócios e responsáveis técnicos, haja alguém que seja servidor do órgão ou entidade Contratante ou responsável pela licitação.

4.2.2) Empresa que tenha incorrido nas sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou que esteja inadimplente com a Fazenda Pública Municipal, Estadual, Federal, ou que possua quaisquer débitos trabalhistas e previdenciários.

4.2.3) Empresa que não for estabelecida no território nacional.

4.2.4) Empresa consorciada ou agrupada, conforme justificativa que integra o processo licitatório.

¹ “Nota explicativa: Esclarecemos que esta regra editalícia será aplicada a toda e qualquer pessoa jurídica que esteja com o direito de licitar e contratar, com a Administração Pública de qualquer esfera, impedido, suspenso ou que tenham sido declaradas inidôneas, independentemente se a punição se restringiu ao órgão que aplicou a penalidade, acarretando, consequentemente, a inabilitação da licitante nesta condição, pois este Município coaduna com o entendimento do TCE/MG segundo o qual a punição necessariamente transcende o ente que a aplicou, sob pena de tornar-se ineficaz e mitigar o princípio da moralidade, basilar da atividade estatal (TCE/MG, Denúncia nº 952.322)”.

Mauro Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

CAPÍTULO V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS

5.1) Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1) O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.1.2) A falsidade da declaração de que trata o subitem anterior sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.1.3) A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

5.1.4) A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.2) O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3) Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº. 123/2006.

5.5) Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6) Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7) Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8) Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

Mauricio Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

5.9) Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

CAPÍTULO VI – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1) A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1) Valor total do lote e total da proposta, levando em consideração a composição de preços unitários da planilha, levando em consideração os itens de maior e valor significativo abaixo apresentados:

6.1.2) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.1.3) Em caso de omissões em qualquer dos requisitos acima o pregoeiro poderá, se julgar necessário, realizar diligência junto à licitante para que esclareça alguma omissão na proposta.

6.2) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição dos serviços.

6.3) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

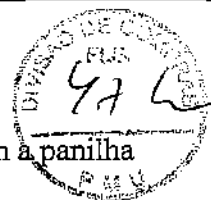
6.5) O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.5.1) Em caso de ausência de prazo expresso na proposta, será considerado o prazo estipulado no item anterior.

6.6) A licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6.7) Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global, após a fase de lances superior ao estimado.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Previsão às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno



6.7.1) Na composição final da Planilha de Preços, os valores unitários que compõem a planilha não poderão ser superiores aos estimados de cada item.

6.8) O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

Parágrafo único - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e demais documentos enviados.

CAPÍTULO VII - DA SESSÃO PÚBLICA DOS LANCES NA INTERNET

7.1) A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.2) O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.3) Também será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

7.4) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5) A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6) O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7) O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.8) Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9) O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

7.10) Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

Mauricio Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno



7.11) A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo 0,1%.

7.13) O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.14) Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.15) A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.16) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.17) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.18) Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.19) Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.20) No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.21) Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.22) O Critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.23) Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.24) Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

Complementar Federal nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 10.972, de 2007.

7.25) Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.26) A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.27) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.28) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.29) Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.30) A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais.

7.31) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do artigo 3º da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.31.1) no país;

7.31.2) por empresas brasileiras;

7.31.3) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.31.4) por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

7.32) Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interino

100

7.33) Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.33.1) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.33.2) O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.34) Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

CAPÍTULO VIII – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1) Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o critério de menor preço.

8.2) O critério para julgamento das propostas será o de “Menor Preço Global”.

8.3) Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço estimado pelo órgão requisitante, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4) Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a serviços e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5) Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6) O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, podendo ser estendido pelo pregoeiro caso entenda necessário, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7) Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interino



indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8) Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9) Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10) O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11) Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13) Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14) Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

CAPÍTULO IX – DA HABILITAÇÃO

9.1) Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1) SICAF;

9.1.2) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

9.2) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

524

9.2.1) A empresa que for declarada inidônea², suspensa ou impedida para licitar ou contratar com Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal será inabilitada³.

9.2.2) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.2.4) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.5) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3) É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.4) O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto Federal nº 10.024, de 2019.

9.5) Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de prazo mínimo de 02 (duas) horas, podendo ser estendido pelo pregoeiro caso entenda, sob pena de inabilitação.

9.6) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.7) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7.1) Caso o Sócio Administrador não seja responsável pela assinatura do contrato a ser firmado entre o Município e a licitante, caberá, EXCLUSIVAMENTE à licitante o envio juntamente com a Proposta Comercial de procuração que defina os poderes específicos ao Outorgado em representá-lo perante o órgão público municipal.

² Nota explicativa: Esclarecemos que esta regra editalícia será aplicada a toda e qualquer pessoa jurídica que esteja com o direito de licitar e contratar, com a Administração Pública de qualquer esfera, impedido, suspenso ou que tenham sido declaradas inidôneas, independentemente se a punição se restringiu ao órgão que aplicou a penalidade, acarretando, consequentemente, a inabilitação da licitante nesta condição, pois este Município coaduna com o entendimento do TCE/MG segundo o qual a punição necessariamente transcende o ente que a aplicou, sob pena de tornar-se ineficaz e mitigar o princípio da moralidade, basilar da atividade estatal (TCE/MG, Denúncia nº 952.322).

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interino

534

9.7.2) Havendo renúncia da Procuração, substituição do Outorgado ou revogação da Procuração antes da assinatura do termo contratual, a licitante deverá encaminhar petição com nova procuração à Diretoria de Compras no endereço: Avenida Ubiratan Honório de Castro, nº 826 – bairro Santa Mônica, CEP: 38.408-154.

9.8) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.1) As licitantes que tenham interesse em participar do presente Processo Licitatório pela Matriz, e pretendam faturar por intermédio de outras Filiais, deverão comprovar também que estas atendem a todas as exigências habilitatórias, pois o faturamento somente poderá ser feito pela Matriz ou Filial que apresentou os documentos para fins de Habilitação.

9.9) Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10) Os documentos de habilitação referir-se-ão à circunscrição do local de domicílio da sede da proponente, exceto a Prova de Regularidade relativa a Débitos Trabalhistas, CRF (Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS) e Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

9.11) O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

9.12) Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter o documento correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencido no referido sistema, a licitante será convocada a encaminhar, no prazo especificado pelo Pregoeiro, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, conforme solicitado pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº. 123/2006.

9.13) DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.13.1) Registro Comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual.

9.13.2) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, atualizado de acordo com o Código Civil, devidamente registrado, que comprove que a Licitante possui objeto social compatível com a presente licitação.

9.13.2.1) Por objeto compatível entende-se a descrição de objeto social que manifestamente não impossibilite o atendimento ao objeto do Edital.

9.13.3) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhado de prova da Diretoria em exercício.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno



9.13.4) As Licitantes deverão, obrigatoriamente, comprovar a condição de Microempresa/Empresa de Pequeno Porte, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos, que deverão ser encaminhados ao Pregoeiro juntamente com o restante da documentação:

9.13.4.1) Certidão expedida pela Junta Comercial ou, conforme o caso, a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, de seu domicílio.

9.13.4.2) Prova de enquadramento na opção pelo SIMPLES NACIONAL, mediante apresentação de documento expedido pelo órgão competente, atualmente expedido através de sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

9.14) DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.14.1) Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial e concordata expedida pelo Distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica.

9.14.1.1) Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

9.15) DA REGULARIDADE FISCAL

9.15.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

9.15.2) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente na forma da Lei.

9.15.3) Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

9.15.4) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS (CRF), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

9.16) DA REGULARIDADE TRABALHISTA

9.16.1) Prova de Regularidade quanto aos Débitos Trabalhistas.

9.17) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA PARA O LOTE 01:

Mauro Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

9.17.1) Comprovação que a empresa licitante está apta a prestar os serviços, objeto da presente licitação, através da apresentação de atestado(s) firmado(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre a experiência por desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com itens relevantes aqui licitados com o objeto desta ligação, que traga expressamente o nome da empresa ora licitante como executora dos serviços em questão.

9.17.2) Será(ão) considerado(s) compatível(is) em características com o objeto ora licitado(s) atestado(s) de capacidade técnica que comprovar(em) que a licitante executa ou executou de maneira concomitante por pelo menos 06 (seis) meses ininterruptos de atuação, locação ou prestação de serviço de instalação, manutenção, monitoramento em sistema de CFTV e sistema de alarmes.

9.17.3) Para fins desta licitação, são considerados itens relevantes e valor significativo, aqueles representados pelos serviços a seguir discriminados, admitindo-se a soma de atestados:

- Fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de videomonitoramento, contendo pelo menos 01 (uma) Central de Videomonitoramento equipada com servidor de gravação, estações de trabalho, Videowall e Nobreak.
- Instalação, configuração e manutenção de no mínimo 1000 câmeras IP, 90 gravadores de vídeos IP (NVR's) distribuídos em pelo menos 90 pontos/locais.
- Fornecimento, instalação e manutenção em sistema de alarmes.
- Deverá ser disponibilizada todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que legitimou a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA O LOTE 02:

9.17.4) Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da empresa e seus responsáveis técnicos, em ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, sendo inválida a certidão que não apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa, conforme Resolução do CONFEA nº 1.094/2017 e Lei Federal nº 5.194 de 24/12/1966.

9.17.5) Da Qualificação Técnico-Profissional: Comprovação que a empresa possui em seu corpo técnico, na data de apresentação da proposta, profissional(ais) de nível superior, detentor (es) de atestado (s) de responsabilidade técnica por execução dos serviços em características semelhantes e compatíveis com o objeto desta licitação.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

9.17.5.1) O(s) referido(s) atestado(s) técnico(s) poderá(ão) ser firmado(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado e deverá(ão) ter sido emitido(s) em nome do profissional(ais) comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da licitante, na data da apresentação da documentação para habilitação e pertencente(s) ao corpo de Responsáveis Técnicos da empresa.

9.17.5.2) A comprovação de que o profissional pertence ao corpo técnico da licitante será estabelecida pela apresentação de cópia de carteira de trabalho (Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS – cópia da folha de identificação do trabalhador e da folha de registro do contrato de trabalho) ou ficha de registro de empregados em que conste o licitante como contratante, pela vinculação societária ou pela qualidade de diretor da empresa, do contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura de profissional detentor de atestado apresentando, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

9.17.5.3) O(s) atestado(s) deve(m) estar devidamente registrado(s) no CREA, comprovando que o(s) profissional(is) executou(aram) ou participou(aram) da execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, com itens relevantes aqui licitados.

9.17.5.4) O(s) atestado(s) técnico(s) emitido(s) em nome do(s) profissional(ais) de nível superior somente poderá(ão) ser utilizado(s) **por uma única empresa licitante**, nesta licitação. Caso o(s) mesmo(s) atestado(s) seja(m) apresentado(s) por mais de uma licitante, o(s) mesmo(s) não será(ão) considerado(s) com documento(s) comprovador(es) da qualificação técnica requerida.

9.17.6) Da Qualificação Técnico-Operacional: Comprovação que a empresa licitante está apta a prestar os serviços, objeto da presente licitação, através da apresentação de atestado(s) firmado(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre a experiência por desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com os serviços aqui licitados e que traga expressamente o nome da empresa ora licitante como executora dos serviços em questão, acompanhados das suas respectivas CAT(s).

9.17.6.1) Declaração de compromisso de manter, na condução dos serviço(s), o(s) profissional(ais) cujo(s) atestado(s) tenha(m) sido utilizado(s) para o atendimento da qualificação técnico-profissional, acompanhada de declaração desse(s) profissional(ais) de que assumirá(ão) a responsabilidade técnica dos serviços e recolhimento da ART do(s) profissional(ais), em nome da licitante, caso esta venha a ser declarada vencedora desta licitação.

9.17.6.2) Em caso de necessidade de substituição do(s) profissional(is) nos termos do item anterior, por afastamento de qualquer natureza ou morte, a empresa se obriga a substituí-lo por outro(s) profissional(is) de mesma capacidade técnica, devendo para tanto, o(s) novo(s)

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno



profissional(is) emitir declaração de que assumirá(ão) a responsabilidade técnica dos serviços e recolhimento da ART do(s) profissional(ais) em nome de licitante.

9.18) Os documentos exigidos no Capítulo X, subitens 9.14.1; 9.15.2; 9.15.3; 9.15.4 e 9.16.1, quando não contiverem o prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter suas datas de expedição anteriores há mais de 90 (noventa) dias, contados da abertura da presente licitação.

9.19) Os documentos relativos a este capítulo deverão, preferencialmente, ser apresentados numerados na mesma ordem indicada, precedidos de relação que os identifique claramente.

9.20) A Licitante poderá apresentar o CRC (Certificado de Registro Cadastral) em substituição aos documentos elencados no Capítulo X, devendo os documentos estarem dentro do prazo de validade das certidões.

9.21) Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da Licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

9.22) A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.23) Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.24) A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.25) Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma, com um mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

9.26) Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.27) Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

Matrício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interino

CAPÍTULO X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1) A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas, podendo ser estendido pelo pregoeiro caso entenda necessário, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.2) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.
- 10.3) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.4) A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.5) Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 10.6) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei Federal nº 8.666/1993).
- 10.7) Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.8) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.9) A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.10) As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

CAPÍTULO XI - DOS RECURSOS

- 11.1) Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer Licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

11.1.1) A falta de manifestação no prazo estabelecido, importará a decadência do direito de recurso ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à Licitante declarado vencedora.

11.1.2) O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

11.1.3) A Licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais Licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.2) As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

11.3) Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, via sistema COMPRASNET.

11.4) Qualquer recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.5) O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6) Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos Atos Procedimentais, a Autoridade competente adjudicará o objeto a Licitante vencedora.

11.7) A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às interessadas, através de comunicação pelo sistema.

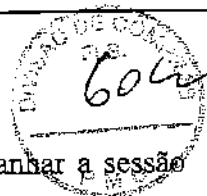
CAPÍTULO XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1) A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar Federal nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno



12.2) Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1) A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2) A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

CAPÍTULO XIII - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1) A adjudicação do objeto do presente Edital será ser feita à Licitante considerada(s) vencedora(s) nos termos do relatório final elaborado pelo Pregoeiro, seguindo posteriormente para a necessária homologação por parte do Ordenador de Despesas.

13.1.1) A Administração Pública Municipal poderá adjudicar no todo ou em parte o objeto ora licitado.

13.2) A (s) Licitante (s) vencedora (s), após a homologação, será (ao) notificada (s) para assinar (em) o Contrato de acordo com as normas vigentes.

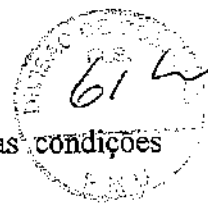
13.3) A Licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, será descredenciada do Cadastro de fornecedores do Município de Uberlândia ou da entidade promotora do Pregão, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais garantida a ampla defesa.

13.4) O não comparecimento da Licitante vencedora para assinatura do Contrato, faculta ao Município convocar em sessão pública sucessivamente as demais Licitantes, para negociar redução sobre sua própria proposta, se após a negociação o Pregoeiro estiver convencido de que há vantagem para Administração, aceitará o valor negociado, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

CAPÍTULO XIV - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1) Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, o Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, convocará a(s) Licitante(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno



os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

14.2) As Licitantes que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado serão convocadas para assinarem a Ata de Registro de Preços.

14.3) A Ata de Registro de Preços deverá ser firmada por representante legal da empresa ou por procurador com poderes específicos, mediante comprovação através de Contrato Social ou Instrumento equivalente e procuração, respectivamente, juntamente com cópia de documento de Identificação (Carteira de Identidade).

14.4) O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de sua assinatura por um período de 12 (doze) meses.

14.5) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.5.1) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços deverá:

14.5.1.1) Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

14.5.1.2) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

14.5.1.3) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.6) O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo registrado para cada item, independentemente do número de órgãos não participantes que realizem adesão.

14.7) As aquisições ou contratações adicionais por outros órgãos/entidades não poderão exceder, por órgão/entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.8) A Ata de Registro de Preços vincula o fornecedor nela registrado a atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pelo Órgão Gerenciador, observados os quantitativos estimados e as demais condições na Ata registrada, bem como neste Edital e no Termo de Referência.

14.9) Tratando-se de pedido realizado por órgão não participante que tenha aderido à Ata de Registro de Preços, caberá ao fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata assumida com o Órgão Gerenciador.

14.10) Os Contratos decorrentes desta licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no instrumento convocatório, podendo ser prorrogado, a critério da Administração Pública municipal, obedecido ao disposto no art. 57, 58 e 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

14.11) A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

14.12) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

14.13) A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação para a aquisição pretendida, assegurada a preferência do fornecedor registrado em igualdade de condições.

14.14) O Órgão Gerenciador é a Secretaria Municipal de Prevenção às Drogas, Defesa Social e Defesa Civil.

CAPÍTULO XV - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1) O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

15.1.1) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

15.1.2) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

15.1.3) Estiverem presentes razões de interesse público.

15.2) O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

15.3) O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovados.

CAPÍTULO XVI - DO CONTRATO

16.1) O Contrato, que obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, ao Edital de Convocação e a Ata de Registro de Preços, deverá ser assinado pela empresa adjudicatária, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, sob pena de decair o

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/1993.

16.2) O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, Secretarias e os Órgãos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Uberlândia não serão obrigados a contratar os serviços nas quantidades registradas, ficando, a seu exclusivo critério, a definição de quantidades e o momento do fornecimento dos mesmos.

16.3) Os quantitativos totais expressos neste Edital são estimados e representam as previsões do Órgão Gerenciador, para a aquisição dos serviços durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços [período de 12 (doze) meses].

16.4) O Fornecedor detentor do Preço Registrado ficará obrigado a atender todos os pedidos de fornecimento dos serviços solicitadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato.

16.5) O Contrato terá sua vigência até 12 (doze) meses (lote I), a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses (art. 57, II da Lei Federal nº. 8.666/1993), desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

16.5.1) Os serviços tenham sido prestados regularmente.

16.5.2) A Administração mantenha interesse na realização dos serviços.

16.5.3) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração.

16.5.4) A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

16.6) A prorrogação do Contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

16.7) O Contrato poderá ser alterado de acordo com o disposto nos artigos. 58 e/ou 65 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

CAPÍTULO XVII – DO REAJUSTE

17.1) Os preços contratados poderão ser reajustados, mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data limite para apresentação das propostas de preços, adotando-se o INPC (índice apurado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pela variação relativa ao período de um ano, desde que o novo valor seja compatível com os preços de mercado.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

17.1.1) A data limite para apresentação das propostas de preços servirá como database para reajuste.

17.1.2) Havendo posterior solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, decorrente de fatos imprevisíveis, desde que haja seu deferimento, ocorrerá a modificação da database do item 17.1.1.1, passando a mesma a coincidir com a data de solicitação do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustes anuais serão considerados a partir de então.

17.1.3) O reajustamento será de periodicidade anual e os efeitos financeiros serão devidos a partir da solicitação da CONTRATADA.

17.1.4) O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao advento de data base ensejadora de reajustamento, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

17.1.4.1) Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro dos prazos acima fixados, ocorrerá a preclusão do direito ao reajustamento.

CAPÍTULO XVIII DAS PENALIDADES

18.1) Sem prejuízo da aplicação do disposto no Capítulo IV da Lei nº 8.666/1993, a contratada/licitante estão sujeitas às penalidades previstas no artigo 3º do Decreto Municipal nº 18.198/2019, aplicadas na forma do artigo 31 e seguintes do mesmo diploma normativo.

18.2) Na aplicação das penalidades, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade; a natureza e a gravidade da infração cometida; os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários; a vantagem auferida em virtude da infração; as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

18.3) A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 34 do mesmo Decreto.

18.4) A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras penalidades administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

18.6) A aplicação das penalidades previstas neste contrato não prejudicará a aplicação de outras penas previstas na lei ou em regulamento, especialmente a de rescisão do contrato, bem como a responsabilidade administrativa, cível ou criminal que no caso couber.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

CAPÍTULO XIX - DA FISCALIZAÇÃO

19.1) O Contratante reserva-se o direito de fiscalizar a entrega dos materiais, podendo para isso sustar o pagamento da fatura, no caso de inobservância de qualquer exigência quanto ao cumprimento do Edital e do Contrato.

19.2) A fiscalização da entrega dos materiais será feita por representante da Secretaria requisitante.

19.3) A existência da fiscalização não eximirá a empresa Contratada de nenhuma responsabilidade pela entrega dos equipamentos e prestação dos serviços, notadamente quanto aos aspectos de segurança e qualidade dos mesmos.

CAPÍTULO XX - DAS OBRIGAÇÕES E PRERROGATIVAS

20.1) DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

20.1.1) Caberá ao Órgão Gerenciador realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia as Secretarias, aos Órgãos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Uberlândia e aos Órgãos Participantes.

20.1.2) Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata de Registro de Preços.

20.1.3) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

20.1.4) Orientar, acompanhar e fiscalizar, por um representante da Secretaria/Órgão Participante especialmente designado, a fim de verificar se estão sendo observadas as especificações e demais requisitos previstos no Edital, reservando-se o direito de rejeitar os serviços que, a seu critério, não for considerado satisfatório.

20.2) DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

20.2.1) Assegurar à Contratada o acesso, em condições satisfatórias, às áreas necessárias ao cumprimento do objeto do Contrato;

20.2.2) Indicar os servidores responsáveis pela fiscalização da execução do Contrato;

20.2.3) Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória;

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

20.2.4) Acompanhar e fiscalizar por representantes da Administração, especialmente designados, a execução dos serviços e liberar as medições;

20.2.5) Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados;

20.2.6) Efetuar os pagamentos na forma e prazo previsto neste Edital.

20.2.7) Sustar o pagamento da fatura no caso de inobservância de qualquer exigência.

20.3) DA CONTRATADA:

20.3.1) Executar integralmente o objeto do Contrato, tal como especificado no Edital e em seus Anexos;

20.3.2) Responsabilizar-se pela correta aplicação das Normas de Medicina e Segurança no Trabalho, expedidas pelo Ministério do Trabalho, fornecendo, inclusive, os respectivos equipamentos necessários à proteção de seus empregados, sendo que o seu eventual descumprimento sujeitará à Contratada as penalidades previstas nesta contratação, podendo até implicar na rescisão do contrato;

20.3.3) Cumprir as determinações da fiscalização;

20.3.4) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.3.5) Conduzir os trabalhos com técnica, observando rigorosamente a legislação vigente;

20.3.6) Fornecer a mão de obra, os materiais e os equipamentos em excelente estado, necessários ao pleno desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados;

20.3.7) Indicar o funcionário responsável pela supervisão da execução dos serviços;

20.3.8) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre o objeto contratado;

20.3.9) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação, inclusive todas as obrigações contidas no art. 147 da IN nº 971/2009 do INSS;

20.3.10) Comprovar, mensalmente, o recolhimento de todos os encargos previdenciários relativos à execução do objeto do Contrato;

20.3.11) Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço conforme descrito no instrumento contratual;

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

20.3.18) Instruir os empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

20.3.19) Instruir os empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

20.3.20) Transportar os materiais, equipamentos e trabalhadores ao local de execução da obra ou serviço;

20.3.21) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, equipamentos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou que se mostrarem imprestáveis ao uso por má qualidade dos materiais empregados;

20.3.22) Refazer, às suas expensas, dentro do prazo determinado pelo Contratante, os serviços que, a juízo da fiscalização, se mostrarem insatisfatórios ou defeituosos;

20.3.23) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, inclusive em caso de eventual infração aos direitos de propriedade industrial de terceiros;

20.3.24) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, inclusive seus bens, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

Parágrafo único- A inadimplência da Contratada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

CAPÍTULO XXI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1) A participação na presente licitação implica a concordância, por parte da Licitante, com todos os termos e condições deste Edital.

21.2) As Licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.

21.3) Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

21.4) Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo Sistema Eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.

21.5) Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

684

21.5.1) Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente no Município de Uberlândia-MG.

21.6) Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.6.1) A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoespmu@uberlandia.mg.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av, Ubiratan Honório de Castro, nº 826, Bairro Santa Mônica, Uberlândia, MG, CEP 38.408-154.

21.6.2) Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data fixada para recebimento das propostas.

21.6.3) Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.6.4) Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6.5) O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data fixada para recebimento das propostas, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.6.6) As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.6.7) A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.6.8) As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração

21.6.9) Não sendo feito nenhum pedido de esclarecimento/impugnação no prazo previsto no item 21.6 pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas, não cabendo portanto, às Licitantes, direito a quaisquer reclamações posteriores.

21.7) É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior do Município, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

Mauro Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interino



21.8) É vedado à Contratada caucionar o Contrato objeto da presente licitação para qualquer operação financeira, sem a prévia e expressa autorização do Município.

21.9) Ao final da sessão o Sistema Eletrônico divulgará Ata circunstanciada, na qual haverá a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Sessão Pública do Pregão.

21.10) Caso este Edital seja republicado, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo o Credenciamento da Licitante.

21.11) Eventuais retificações do Edital serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

21.12) É de responsabilidade da Licitante o acompanhamento do processo pelo site www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data de realização da Sessão Pública.

21.13) A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.14) Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e legislações pertinentes.

21.15) Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro Contrato será competente o Foro da cidade de Uberlândia-MG.

21.16) Não será levada em consideração qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais Licitantes.

21.17) O presente Edital poderá ser adquirido pelas interessadas gratuitamente via internet pelo site www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.uberlandia.mg.gov.br.

21.18) São partes integrantes do presente Edital os anexos abaixo descritos independente de transcrição e a Minuta do Contrato a ser firmado entre a Administração e a(s) Licitante(s) Vencedora(s).

ANEXO I – Modelo de Proposta Comercial

ANEXO II – Modelo de Declaração Trabalho Menor

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IV – Minuta do Contrato

ANEXO V – Quantidade Estimada para Adesão

ANEXO VI – Termo de Referência

UBERLÂNDIA-MG, 25 de junho de 2020

MAURICIO PEREIRA DE ANDRADE JUNIOR

SECRETÁRIO MUN DE PREV ÀS DROGAS, DEFESA SOCIAL E DEFESA CIVIL, INTERINO

ANEXO I



PLANILHA - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Empresa Fornecedora		
CNPJ nº:		Razão Social:
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone		
Endereço Eletrônico:		
Sócio Administrador / Representante Legal:		
RG nº/Órgão Expedidor/UF		CPF nº

Processo Licitatório nº. 277/2020 - Modalidade Pregão Eletrônico	Proposta de Preços "Menor Preço Global"	Processo Administrativo nº. 10.673/2020
--	--	--

Objeto:

Proposta de Preços com Especificação dos equipamentos e serviços

Validade da Proposta:

Prazo de Prestação dos serviços:

Nome do representante legal para assinatura do Contrato, caso seja a vencedora.

CPF:

RG:

Declaramos sob as penalidades da Lei, e para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 277/2020 que:

Nos preços propostos estão inclusos todos os tributos, fretes, embalagens, seguros e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência;

- Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às Leis, Decretos, Portarias e Resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação e,
- Cumprimos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos nesta licitação.

Local e data:

Assinatura do representante legal da empresa

OBS.: Preço por lote e total do Contrato, irrecorríveis, expressos em moeda corrente nacional, considerando as especificações e as quantidades/distribuição estimadas constantes do Edital Pregão Eletrônico nº. 277/2020.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interino

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO TRABALHO MENOR

_____, inscrita no CNPJ nº _____,
por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____,
portador da RG _____ e inscrito no CPF sob o nº _____,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº
8.666/1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem
menor de dezesseis anos de idade em trabalho de qualquer natureza, a não ser que seja contratado na
condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

_____ de _____

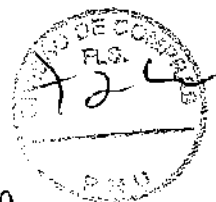
Representante Legal

Mauro Perreira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 277/2020



Aos _____ do mês de _____ de dois mil _____, o Município de Uberlândia, neste ato representado pelo Secretário (a) Municipal de _____, brasileiro (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade, no uso de suas atribuições por delegação de poderes nos termos do Decreto Municipal nº. 16.926/2017, considerando a homologação da licitação modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº _____/_____, datada de _____ de _____ de _____, RESOLVE registrar os preços da licitante classificada e habilitada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 18.333/2019 e em conformidade com as disposições contidas no Edital e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1) A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de videomonitoramento e de segurança eletrônica integrada, incluindo locação, instalação, remanejamento e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como a disponibilização dos equipamentos, com a devida atualização tecnológica, sem qualquer custo adicional para o Contratante, e aquisição de Infraestrutura, destinados ao atendimento dos diversos equipamentos públicos em atendimento à Secretaria Municipal de Prevenção às Drogas, Defesa Social e Defesa Civil e Demais Órgãos da Administração Direta Do Município De Uberlândia.

1.2) A existência de preços registrados não obriga a Administração municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E FORNECEDOR

2.1) O preço registrado, as especificações, os quantitativos e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					R\$	R\$

Mauricio Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

VALOR TOTAL GLOBAL						RS
						73

2.2) O(s) fornecedor(es) classificado(s) é(são) o(s) que se segue(m):

Empresa Fornecedora		
CNPJ nº:	Razão Social:	
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone		
Endereço Eletrônico:		
Sócio Administrador / Representante Legal:		
RG nº/Órgão Expedidor/UF	CPF nº	

2.3) Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o item (itens) registrado(s) nesta ata pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, esta integrará Cadastro de Reserva, podendo fornecer o item apenas na hipótese de exclusão do fornecedor classificado em primeiro lugar, de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DA ATA E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1) A validade da Ata será de 12 meses contados a partir de ____/____/____ tendo validade até ____/____/____, não podendo ser prorrogada.

3.2) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3.3) O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços será a Secretaria Municipal de

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

CLÁUSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Consignam as partes ao disposto no Edital que é parte integrante da presente Ata.

Fica eleito o foro desta cidade de Uberlândia-MG, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento, que de outra forma não forem solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter por mais privilegiado que seja.

E por estarem plenamente acordes com todas as cláusulas e condições assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém.

Uberlândia/MG,

SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE _____

FORNECEDOR

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interino

ANEXO IV



MINUTA DO CONTRATO

INSTRUMENTO CONTRATUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E

CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTES E FUNDAMENTO

1.1) CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, neste ato representado pela Secretário (a) Municipal de _____, brasileiro (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Municipal nº. 16.926/2017.

1.2) CONTRATADA -

1.3) FUNDAMENTO - A presente contratação fundamenta-se na Licitação **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 277/2020**, homologada em ____/____/____, conforme despacho “_____”, na Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Municipal nº. 8.298/2003, na Lei Federal nº. 8.666/1993, na Lei Complementar Federal nº. 123/2006, no Decreto Municipal nº. 16.926/2019, Decreto Municipal nº. 18.333/2019 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, pelas disposições contidas neste Contrato e demais legislações.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1) OBJETO – prestação de serviços de segurança eletrônica integrada, incluindo locação, instalação, remanejamento e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como a disponibilização dos equipamentos, com a devida atualização tecnológica, sem qualquer custo adicional para o Contratante, e aquisição de Infraestrutura, destinados ao atendimento dos diversos equipamentos públicos, em atendimento a Secretaria Municipal de Prevenção às Drogas, Defesa Social e Defesa Civil e Demais Órgãos Da Administração Direta Do Município De Uberlândia, conforme Termo de Referência anexo do Edital, que é parte integrante e indissociável deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR UNITÁRIO, VALOR GLOBAL E FORMA DE PAGAMENTO

3.1) VALOR UNITÁRIO -

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	V. UNIT.
01				

3.2) VALOR GLOBAL - O valor global do presente Contrato é de R\$

Mauricio Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

3.3) Os pagamentos (Lote I) serão efetuados conforme medições mensais dos quantitativos efetivamente realizados até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços e Lote II será pago conforme a efetiva entrega dos serviços por equipamento público/unidade.

3.4) O pagamento será efetuado pelo Contratante mediante a apresentação de prova de regularidade com os Débitos Trabalhistas, prova de regularidade pela Contratada para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e para com a Seguridade Social.

3.5) O empenho para pagamento será sempre emitido pelo Contratante, para o CNPJ e endereço fornecidos na documentação de habilitação e proposta, não sendo possível a substituição dos mesmos, exceto no interesse da administração, através de aditivo contratual, respeitando-se as exigências de apresentação de todas as certidões de quitação fiscal e trabalhista para todos os CNPJ envolvidos até o final da execução contratual, incluindo eventuais aditamentos de prazo.

3.6) Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que se efetivem as correções necessárias. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, o que não acarretará qualquer ônus para o Município de Uberlândia.

3.7) As licitantes que tenham interesse em participar do presente Processo Licitatório pela Matriz, e pretendam faturar por intermédio de outras Filiais, deverão comprovar também que estas atendem a todas as exigências habilitatórias, pois o faturamento somente poderá ser feito pela Matriz ou Filial que apresentou os documentos para fins de Habilitação.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO

4.1) O Contrato terá sua vigência até 12 (doze) meses (Lote I), a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses (art. 57, II da Lei Federal nº. 8.666/1993), desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

4.1.1) Os serviços tenham sido prestados regularmente.

4.1.2) A Administração mantenha interesse na realização dos serviços.

4.1.3) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração.

4.1.4) A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

4.2) A prorrogação do Contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1) Os preços contratados poderão ser reajustados, mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data limite para apresentação das propostas de preços, adotando-se o INPC (índice apurado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pela variação relativa ao período de um ano, desde que o novo valor seja compatível com os preços de mercado.

5.1.1) A data limite para apresentação das propostas de preços servirá como database para reajuste.

5.1.2) Havendo posterior solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, decorrente de fatos imprevisíveis, desde que haja seu deferimento, ocorrerá a modificação da database do item 5.1.1.1, passando a mesma a coincidir com a data de solicitação do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustes anuais serão considerados a partir de então.

5.1.3) O reajustamento será de periodicidade anual e os efeitos financeiros serão devidos a partir da solicitação da CONTRATADA.

5.1.4) O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao advento de data base ensejadora de reajustamento, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

5.1.4.1) Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro dos prazos acima fixados, ocorrerá a preclusão do direito ao reajustamento.

CLÁUSULA SEXTA- DOS RECURSOS

Para atender as despesas decorrentes desta contratação serão utilizados os recursos oriundos da seguinte dotação orçamentária:

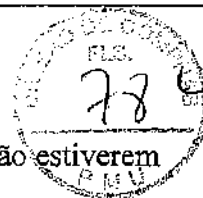
CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES E PRERROGATIVAS

7.1) DO CONTRATANTE:

7.1.1) Assegurar à Contratada o acesso, em condições satisfatórias, às áreas necessárias ao cumprimento do objeto do Contrato;

7.1.2) Indicar os servidores responsáveis pela fiscalização da execução do Contrato;

Mauricio Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno



7.1.3) Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória;

7.1.4) Acompanhar e fiscalizar por representantes da Administração, especialmente designados, a execução dos serviços e liberar as medições;

7.1.5) Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados;

7.1.6) Efetuar os pagamentos na forma e prazo previsto neste Edital.

7.1.7) Sustar o pagamento da fatura no caso de inobservância de qualquer exigência.

7.2) DA CONTRATADA:

7.2.1) Executar integralmente o objeto do Contrato, tal como especificado no Edital e em seus Anexos;

7.2.2) Responsabilizar-se pela correta aplicação das Normas de Medicina e Segurança no Trabalho, expedidas pelo Ministério do Trabalho, fornecendo, inclusive, os respectivos equipamentos necessários à proteção de seus empregados, sendo que o seu eventual descumprimento sujeitará à Contratada as penalidades previstas nesta contratação, podendo até implicar na rescisão do contrato;

7.2.3) Cumprir as determinações da fiscalização;

7.2.4) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2.5) Conduzir os trabalhos com técnica, observando rigorosamente a legislação vigente;

7.2.6) Fornecer a mão de obra, os materiais e os equipamentos em excelente estado, necessários ao pleno desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados;

7.2.7) Indicar o funcionário responsável pela supervisão da execução dos serviços;

7.2.8) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre o objeto contratado;

7.2.9) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação, inclusive todas as obrigações contidas no art. 147 da IN nº 971/2009 do INSS;

7.2.10) Comprovar, mensalmente, o recolhimento de todos os encargos previdenciários relativos à execução do objeto do Contrato;

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal de Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

7.2.11) Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço conforme descrito no instrumento contratual;

7.2.12) Instruir os empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

7.2.13) Instruir os empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

7.2.14) Transportar os materiais, equipamentos e trabalhadores ao local de execução da obra ou serviço;

7.2.15) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, equipamentos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou que se mostrarem impróprios ao uso por má qualidade dos materiais empregados;

7.2.16) Refazer, às suas expensas, dentro do prazo determinado pelo Contratante, os serviços que, a juízo da fiscalização, se mostrarem insatisfatórios ou defeituosos;

7.2.17) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, inclusive em caso de eventual infração aos direitos de propriedade industrial de terceiros;

7.2.18) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, inclusive seus bens, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

Parágrafo único- A inadimplência da Contratada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1) O Contratante reserva-se o direito de fiscalizar a prestação dos serviços, podendo para isso:

8.1.1) Sustar o pagamento da fatura, no caso de inobservância de qualquer exigência quanto ao cumprimento do Contrato.

8.1.2) A fiscalização, orientação e monitoramento dos serviços serão efetuados por servidor indicado pela Secretaria requisitante.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

8.1.3) A existência da fiscalização não eximirá a empresa Contratada de nenhuma responsabilidade pela prestação dos serviços, notadamente quanto aos aspectos de segurança e qualidade dos mesmos.

8.1.4) A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada por funcionário especialmente designado por sua respectiva Secretaria.

CLÁUSULA NONA - MODIFICAÇÕES E ADITAMENTOS

Qualquer modificação de forma ou quantidade (supressão ou acréscimo), poderá ser determinado pelo Contratante, através de aditamento, atendido o disposto na Lei Federal nº. 8.666/1993, bem como no ordenamento jurídico vigente, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA - MULTAS

10.1) Sem prejuízo da aplicação do disposto no Capítulo IV da Lei nº 8.666/1993, a contratada/licitante estão sujeitas às penalidades previstas no artigo 3º do Decreto Municipal nº 18.198/2019, aplicadas na forma do artigo 31 e seguintes do mesmo diploma normativo.

10.2) Na aplicação das penalidades, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade; a natureza e a gravidade da infração cometida; os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários; a vantagem auferida em virtude da infração; as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

10.3) A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 34 do mesmo Decreto.

10.4) A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras penalidades administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

10.5) A aplicação das penalidades previstas neste contrato não prejudicará a aplicação de outras penas previstas na lei ou em regulamento, especialmente a de rescisão do contrato, bem como a responsabilidade administrativa, cível ou criminal que no caso couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte do Contratante, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados no artigo 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/1993.

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção ao Drogas
Defesa Social e Defesa Cível - Interno

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS**

Os casos omissos assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei Federal nº 8.666/1993, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Fica eleito o foro desta cidade de Uberlândia-MG, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento, que de outra forma não forem solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter por mais privilegiado que seja.

E por estarem plenamente acordes com todas as cláusulas e condições assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém.

Uberlândia-MG,

SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE _____

CONTRATADA

Mauricio Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interino

ANEXO V

QUANTIDADE ESTIMADA PARA ADESÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 277/2020



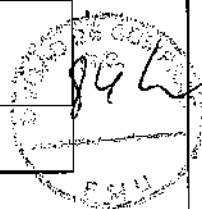
Lote I	Descrição	Equipamentos/Serviços	Quant	Quant estimada para adesão
5.1	Ponto de monitoramento remoto, com capacidade de obtenção de detalhes (identificação) de imagem a até 30 metros do local de instalação; mínimo IP67	CÂMERA TIPO 1	1120	2240
5.2	Ponto de monitoramento remoto, com capacidade de obtenção de detalhes (identificação) de imagem a até 30 metros do local de instalação; mínimo IP67	CÂMERA TIPO 2	1120	2240
5.3	Servidor de Gravação de Imagens 16 CANAIS	SERVIDOR DE GRAVAÇÃO TIPO 1	100	200
5.4	Servidor de Gravação de Imagens 8 CANAIS	SERVIDOR DE GRAVAÇÃO TIPO 2	80	160
5.5	Kit Central de Alarme com no mínimo: 08 zonas na placa principal, expansível até 16 zonas;	KIT CENTRAL DE ALARME	180	360
5.6	Sensor infravermelho; imune a animais até 20Kg	SENSOR DE PRESENÇA	1440	2880
5.7	Deve possuir painel de LED de no mínimo 21,5" polegadas;	MONITOR	180	360
5.8	A central de videomonitoramento funcionará conjuntamente com o sistema de monitoramento contratado para validação dos alarmes, auditoria e visibilidade por parte da Prefeitura as Unidades externas do Município de Uberlândia (Escolas, Postos De Saúde, CRAS, CREAS, etc.).	CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO	1	2
5.9	Suportar Throughput de VPN de 70 Mbps ou superior; Possuir no mínimo 64 Mb de memória RAM; no mínimo 04 portas Ethernet Gigabit	EQUIPAMENTO VPN	180	360

Mauricio Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

5.10	Ser compatível com protocolo SIP; possuir entrada para alimentação elétrica POE; Deverá suportar a função HOT LINE; Possuir no mínimo 1 conta SIP.	PONTO DE COMUNICAÇÃO POR VOZ	181	362
5.11	Link de acesso (dados) de no mínimo 5MB para transmissão das imagens das unidades (Sites) para central de videomonitoramento	LINK DE ACESSO 5MB	180	360
5.12	Tem como objetivo monitorar durante 24 horas por dia/07 dias por semana.	MONITORAMENTO	180	360
Lote II	Equipamentos/Serviços		Quant	Quant estimada para adesão
8.1	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA A CÂMERA TIPO 1		1120	2240
8.2	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA A CÂMERA TIPO 2		1120	2240
8.3	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O SERVIDOR DE GRAVAÇÃO TIPO 1		100	200
8.4	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O SERVIDOR DE GRAVAÇÃO TIPO 2		80	160
8.5	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O KIT CENTRAL DE ALARME		180	360
8.6	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O SENSOR DE PRESENÇA		1440	2880
8.7	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA MONITOR		180	360
8.8	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO		1	2
8.9	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA EQUIPAMENTO VPN		180	360
8.10	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA PONTO DE COMUNICAÇÃO POR VOZ		181	362
8.11	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE RACK		180	360

Maurício Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

8.12	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONCERTINA ELETIFICADA	10	20
8.13	ELABORAÇÃO DE PROJETO	181	362



Mauricio Pereira de Andrade Junior
Secretário Municipal Prevenção às Drogas
Defesa Social e Defesa Civil - Interno

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE VIDEOMONITORAMENTO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA INTEGRADA E MANUTENÇÃO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA.

85 L

1 - DO OBJETIVO

1.1 – Instituir processo licitatório para futura ou eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de videomonitoramento e de segurança eletrônica integrada e manutenção, bem como disponibilização de equipamentos em atendimento à Secretaria Municipal de Prevenção às Drogas, Defesa Social e Defesa Civil e demais Órgãos da administração direta do município de Uberlândia/MG.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de videomonitoramento e de segurança eletrônica integrada, incluindo locação, instalação, remanejamento e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como a disponibilização dos equipamentos, com a devida atualização tecnológica, sem qualquer custo adicional para o Contratante, e aquisição de Infraestrutura, destinados ao atendimento dos diversos equipamentos públicos, conforme especificado neste termo de referência.

3 - DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO E DE SEGURANÇA ELETRÔNICA INTEGRADA

3.1 – Central de Videomonitoramento informatizada: Central que possibilitará monitorar e gerenciar remotamente os sistemas CFTV e de alarmes.

3.2 – Circuito Fechado de TV (CFTV IP): Instalação de câmeras com tecnologia IP do tipo indoor/outdoor para captação de imagens, visualização e gravação em equipamento local com possibilidade de monitoramento remoto pela prefeitura de Uberlândia

3.3 - Alarme: Instalação de sistema de alarmes para detecção e comunicação de ocorrências através de tecnologia de linha telefônica, ETHERNET e GPRS, por meio sonoro, através do acionamento de sirenes, e silenciosamente, por meio do envio dos eventos de disparos para a Central de Monitoramento

3.4 – Serviços de Monitoramento e Pronta Resposta: Monitoramento de alarmes com acesso a imagens, atendimento em campo para que em casos de disparos de alarmes, seja enviada uma unidade móvel, devidamente identificada, em tempo hábil, com pessoal próprio devidamente qualificado, para apuração da veracidade do referido disparo e o acionamento dos órgãos competentes, tais como: Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

3.5 - Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva nos sistemas de segurança: Serviços que visam manter os equipamentos em plenas/regular condições de funcionamento.

4 - Os serviços descritos no objeto serão distribuídos em lote 01 e lote 02.

5 - Descrição do Lote 01:

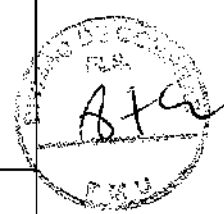
O lote 01 será composto pelo fornecimento e manutenção em regime de locação de equipamentos que compõem o sistema de videomonitoramento e de Segurança Eletrônica Integrada, por meio sistema de circuito fechado de TV (CFTV), sistema de alarme e pronta resposta, incluindo atualização tecnológica, manutenções corretivas e preventivas, e todos os recursos necessários para o regular funcionamento do sistema, consoante discriminado neste Termo de Referência.

LOTE 01

LOTE	EF.	EQUIPAMENTO/SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (Unidade)
LOTE 01	5.1	CÂMERA TIPO 1	Ponto de monitoramento remoto, com capacidade de obtenção de detalhes (identificação) de imagem a até 30 metros do local de instalação; mínimo IP67	1120
	5.2	CÂMERA TIPO 2	Ponto de monitoramento remoto, com capacidade de obtenção de detalhes (identificação) de imagem a até 30 metros do local de instalação; mínimo IP67	1120
	5.3	SERVIDOR DE GRAVAÇÃO TIPO 1	Servidor de Gravação de Imagens 16 CANAIS	100
	5.4	SERVIDOR DE GRAVAÇÃO TIPO 2	Servidor de Gravação de Imagens 8 CANAIS	80
	5.5	KIT CENTRAL DE ALARME	Kit Central de Alarme com no mínimo: 08 zonas na placa principal, expansível até 16 zonas;	180
	5.6	SENSOR DE PRESENÇA	Sensor infravermelho; imune a animais até 20Kg	1440
	5.7	MONITOR	Deve possuir painel de LED de no mínimo 21,5" polegadas;	180
	5.8	MONITORAMENTO	Tem como objetivo monitorar durante 24 horas por dia/07 dias por semana.	180

46

5.9	EQUIPAMENTO VPN	Suportar Throughput de VPN de 70 Mbps ou superior; Possuir no mínimo 64 Mb de memória RAM; no mínimo 04 portas Ethernet Gigabit	180
5.10	PONTO DE COMUNICAÇÃO POR VOZ	Ser compatível com protocolo SIP; possuir entrada para alimentação elétrica POE; Deverá suportar a função HOT LINE; Possuir no mínimo 1 conta SIP.	181
5.11	LINK DE ACESSO 5MB	Link de acesso (dados) de no mínimo 5MB para transmissão das imagens das unidades (Sites) para central de monitoramento e também para a central de Gerenciamento	180
5.12	CENTRAL DE GERENCIAMENTO	A central de Gerenciamento funcionará conjuntamente com o sistema de monitoramento contratado para validação dos alarmes, auditoria e visibilidade por parte da Prefeitura as Unidades externas do Município de Uberlândia (Escolas, Postos De Saúde, CRAS, CREAS, etc.).	1



[Handwritten signature]

5.1- FORNECIMENTO DE CÂMERA TIPO 1

Especificações mínimas do equipamento:

- Ponto de monitoramento remoto, com capacidade de obtenção de detalhes (identificação) de imagem a até 30 metros do local de instalação;
- Deverá possuir grau de proteção suficiente para o uso em ambientes internos/externos, mínimo IP66;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

41

- Deverá possuir tecnologia infravermelho, mantendo o nível ideal de iluminação do ambiente. Distância mínima IR 30 metros;
- Deve ser nativamente IP (sem o uso de conversores);
- Deve operar conforme o padrão Internacional ONVIF;
- Deve possuir resolução mínima de 1920 x 1080;
- Deve possuir tecnologia de compressão otimizada Zipstream ou H.265+, otimizando o uso da largura de banda de dados e armazenamento;
- Deve possuir WDR com no mínimo 115dB;
- Deve possuir abertura horizontal de imagem de no mínimo 111° (graus);
- Deve suportar no mínimo 20 fps mesmo quando utilizando resolução total;
- Deve possuir iluminador IR integrado de fábrica;
- Deve possuir entrada para alimentação elétrica POE;
- Deve possuir no mínimo uma entrada e uma saída de Áudio
- Deve possuir Slot de cartão SD para gravação local e ser fornecido com cartão de no mínimo 8gb classe 10;
- Deve ser fornecida com suporte de fixação em poste ou parede e todos os adaptadores necessários;

88

5.2- FORNECIMENTO DE CÂMERA TIPO 2

Especificações mínimas do equipamento:

- Ponto de monitoramento remoto, com capacidade de obtenção de detalhes (identificação) de imagem a até 30 metros do local de instalação;
- Deverá possuir grau de proteção suficiente para o uso em ambientes internos/externos, mínimo IP67;
- Deverá possuir tecnologia infravermelho, mantendo o nível ideal de iluminação do ambiente. Distância mínima IR 30 metros;
- Deve ser nativamente IP (sem o uso de conversores);
- Deve operar conforme o padrão Internacional ONVIF;
- Deve possuir resolução mínima de 1920 x 1080;
- Deve possuir tecnologia de compressão otimizada Zipstream ou H.265+, otimizando o uso da largura de banda de dados e armazenamento;
- Deve possuir WDR com no mínimo 115dB;
- Deve possuir abertura horizontal de imagem de no mínimo 107° (graus);
- Deve suportar no mínimo 20 fps mesmo quando utilizando resolução total;
- Deve possuir iluminador IR integrado de fábrica;
- Deve possuir entrada para alimentação elétrica POE;
- Deve ser fornecida com no mínimo as seguintes Vídeo Análise Habilitadas: Detecção de Movimento, Intrusão de área pré-definida, Cruzamento de Linha pré-definida e Objetos Deixados/Removidos. Podendo as análises serem embarcadas na Câmera ou fornecidas com todas as licenças necessárias através de software;
- Deve possuir Slot de cartão SD para gravação local e ser fornecido com cartão de no mínimo 8gb classe 10;

88

88

43

- Deve ser fornecida com suporte de fixação em poste ou parede e todos os adaptadores necessários.

5.3- FORNECIMENTO DE SERVIDOR DE GRAVAÇÃO TIPO 1

Especificações mínimas do equipamento:

- O Servidor de Gravação de Imagens deverá ser totalmente compatível com as Câmeras Ofertadas;
- O Servidor de Gravação de Imagens deverá ser um hardware exclusivo concebido para operar 24/7;
- O Servidor de Gravação de Imagens deverá suportar no mínimo 16 canais de câmera IP, já sendo licenciado para esta quantidade de canais;
- Deverá ser compatível ou ser licenciado para os analíticos especificados nos Pontos de Monitoramento Tipo 1,2 e 3;
- O Servidor de Gravação deverá ser fornecido com no mínimo 16 portas POE, para alimentação das Câmeras, podendo ser integrado ao Hardware ou Switch POE compatível com as Câmeras;
- O Servidor de Gravação deverá ser compatível com o protocolo padrão aberto ONVIF;
- O Servidor de Gravação de Imagens deverá ser acessível diretamente pelos clientes remotos espalhados pela rede;
- O Servidor de Gravação de Imagens deverá possuir pelo menos 01 portas Ethernet;
- O Servidor de Gravação de Imagens deverá possibilitar a Gravação por Movimento, otimizando o tempo de gravação;
- Deverá ser Fornecido com Capacidade de Armazenamento mínima de 4TB, sendo o (s) disco (s) fornecido (s) desenvolvido (s) para sistemas de segurança;
- Possuir entrada de Energia 100 a 240 VAC, 50/60 Hz.

896

5.4- FORNECIMENTO DE SERVIDOR DE GRAVAÇÃO TIPO 2

Especificações mínimas do equipamento:

- O Servidor de Gravação de Imagens deverá ser totalmente compatível com as Câmeras Ofertadas;
- O Servidor de Gravação de Imagens deverá ser um hardware exclusivo concebido para operar 24/7;
- O Servidor de Gravação de Imagens deverá suportar no mínimo 8 canais de câmera IP, já sendo licenciado para esta quantidade de canais;
- Deverá ser compatível ou ser licenciado para os analíticos especificados nos Pontos de Monitoramento Tipo 1,2 e 3;
- O Servidor de Gravação deverá ser fornecido com no mínimo 8 portas POE, para alimentação das Câmeras, podendo ser integrado ao Hardware ou Switch POE compatível com as Câmeras;

896

896

5

896

49

- O Servidor de Gravação deverá ser compatível com o protocolo padrão aberto ONVIF;
- O Servidor de Gravação de Imagens deverá ser acessível diretamente pelos clientes remotos espalhados pela rede;
- O Servidor de Gravação de Imagens deverá possuir pelo menos 01 portas Ethernet;
- O Servidor de Gravação de Imagens deverá possibilitar a Gravação por Movimento, otimizando o tempo de gravação;
- Deverá ser Fornecido com Capacidade de Armazenamento mínima de 2TB, sendo o (s) disco (s) fornecido (s) desenvolvido (s) para sistemas de segurança;
- Possuir entrada de Energia 100 a 240 VAC, 50/60 Hz.

906

5.5- FORNECIMENTO DE KIT CENTRAL DE ALARME

Especificações mínimas do equipamento:

- Kit Central de Alarme com no mínimo;
- 08 zonas na placa principal, expansível até 16 zonas;
- Conexão Ethernet;
- Conexão Linha Telefônica;
- Conexão GPRS (Deverá ser fornecida com o chip de dados ativo durante todo o contrato);
- 1x Teclado, com indicações em língua portuguesa;
- 1x Bateria 12v 7aH;
- 2x Sirenes 120db, 12v.

5.6- FORNECIMENTO DE SENSOR DE PRESENÇA

Especificações mínimas do equipamento:

- Sensor infravermelho;
- Deve ser imune a animais até 20Kg;
- Possuir processamento contra falsos alarmes;
- Ajuste automático de sensibilidade;
- Compensação termodinâmica;
- Deverá possuir blindagem da parte eletrônica (placa e sensor óptico), não permitindo contato direto com os mesmos;
- Cobertura mínima de 10m e angulação mínima de 91º.

Justo

5.7- FORNECIMENTO DE MONITOR

Especificações mínimas do equipamento:

- Deve possuir painel de LED de no mínimo 21,5" polegadas;
- Possuir relação de contraste dinâmico de no mínimo 5.000.000:1;
- Possuir tempo de resposta mínimo de 5 ms;
- Possuir conexão de entrada HDMI;

18

6

50

- Possuir resolução de 1920 x 1080 FHD;
- Ser fornecido com cabo HDMI e caso necessário extensor de cabo HDMI para até 10 metros;

5.8 – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO MONITORAMENTO, PRONTA RESPOSTA E RESSARCIMENTO

5.8.1 – Monitoramento e Pronta Resposta

91 L

- Os Serviços de Monitoramento têm como objetivo monitorar durante 24 horas por dia/07 dias por semana, as centrais de alarme e câmeras instaladas nas Unidades e nos demais equipamentos especificados neste Termo de Referência.
- Os Serviços de Monitoramento e Pronta Resposta deverão trabalhar de forma autônoma em relação a Central de Gerenciamento da CONTRATANTE.
- O Serviço de Pronta Resposta tem como objetivo o atendimento em campo, prestado por vigilantes motorizados, quando acionados pela Central de Alarme que deverão: Averiguar anormalidades; estar em contato constante com os contatos pré cadastrados; analisar e identificar situações suspeitas, acionar o serviço emergencial (Polícia, Corpo de Bombeiros, etc.) para averiguação quando necessário e ainda acionar o responsável indicado pelo CONTRATANTE.
- O serviço de monitoramento de vídeo deverá ser realizado através de tráfego criptografado, compatível com os equipamentos VPN que serão instalados nos equipamentos públicos.
- A CONTRATADA deverá disponibilizar durante período ininterrupto veículos caracterizados com a logomarca da CONTRATADA ou subcontratada, não sendo permitido uso de veículos sem identificação da empresa prestadora de serviço para atendimento de ocorrências, em perfeito estado de conservação, de manutenção e trafegabilidade, equipado com meios de comunicação adequados para comunicar-se com a CONTRATANTE.
- A CONTRATANTE deverá ser comunicada imediatamente acerca de qualquer ocorrência de anormalidade detectada pelo sistema de vigilância eletrônica, informando, ainda: o local; tipo de evento; setor violado; data; horário; histórico do atendimento com as providências adotadas.
- O Sistema de Monitoramento deverá ser composto por central de recepção dos eventos por meio de INTERNET/TCP/IP, linha telefônica e Sistema de GPRS (General Packet Radio Service). Este sistema deverá permitir o controle e armazenamento de todos os eventos ocorridos, possibilitando de forma organizada, manipular os diversos eventos ao mesmo tempo.

Assinado

51

- O Sistema deverá ser atendido no mínimo, por linhas telefônicas exclusivas para as recepções dos sinais de alarmes e demais componentes da infraestrutura e possuir os seguintes recursos:
- Receber todos os eventos enviados pelas centrais de alarme e equipamentos de CFTV instaladas nos postos remotos de vigilância eletrônica instaladas nos equipamentos públicos, processando e decodificando-os para a monitoria dos mesmos;
- Ao receber o sinal de alarme, o Software de monitoramento deverá automaticamente gerar um pop-up das imagens relacionadas as unidades vinculadas ao evento;
- O Software deve ser capaz de gravar as imagens do pop-up e pertinentes ao evento de alarme, vinculadas ao mesmo evento para efeitos de relatório posteriores, este vínculo na gravação deverá ser automático;
- O Sistema também deverá ter o recurso de vídeo ronda eletrônica, para que possa de forma esporádica efetuar vídeo ronda nas Unidades monitoradas;
- O Software de monitoramento deverá ter recurso que permita a contagem do tempo de atendimento do evento, desde a sua chegada, até o tratamento do operador, e este tempo deverá ser programável e caso excedido, o Software deverá gerar um alarme audível de tempo excedido e mudar o status do evento, para evento com tempo excedido de tratamento (tal recurso visa dar agilidade aos tratamento de eventos de forma prioritária);
- Além do Sistema principal de recepção de eventos, ter mais 02 (dois) recursos para redundância;
- Possuir sistema de garantia de funcionamento, em caso de interrupção no fornecimento de energia elétrica, por no mínimo, 6 (seis) horas ininterruptas;
- Controlar posição aberto/fechado;
- Informar quando o sistema não for armado em horário previsto;
- Identificação do usuário em arme/desarme;
- Controlar o tempo de atendimento dos eventos;
- Controlar o tempo de atendimento por viaturas;
- Identificar falta de comunicação;
- Ter banco de dados para armazenamento de eventos, por no mínimo, 12 (doze) meses;
- Processar vários eventos ao mesmo tempo;

52

- Ter controle de Ordem de Serviços;
- Recurso de acesso a relatórios via internet;
- Controle de teste automático;
- Controle de "não armado";
- Monitorar eventos na tela, tais como: alarme de furto, coação, pânico, falta de alimentação, falha na comunicação, arme/desarme, bateria baixa, inibição de zona, arme parcial, curto circuito no sistema, problema na sirene, entre outros.



5.9- FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO VPN

Este equipamento será responsável por receber a Internet e criar uma rede criptografada entre as localidades e a central de monitoramento com a seguinte especificação mínima:

- Deverá possuir no mínimo 04 portas Ethernet Gigabit;
- Suportar Throughput de VPN de 70 Mbps ou superior;
- Possuir no mínimo 64 Mb de memória RAM.

5.10- FORNECIMENTO DE PONTO DE COMUNICAÇÃO POR VOZ

Deverá ser fornecido um telefone IP para comunicação direta entre as localidades e a central de monitoramento com a seguinte especificação mínima:

- Deverá ser compatível com protocolo SIP;
- Possuir entrada para alimentação elétrica POE;
- Suportar a função HOT LINE;
- Possuir no mínimo 1 conta SIP.

5.11 - FORNECIMENTO DE LINK DE ACESSO 5MB

LINK DE DADOS com a seguinte especificação mínima;

- A contratada deverá disponibilizar em cada unidade um link de acesso (dados) de no mínimo 5MB para transmissão das imagens das unidades (Sites) para central de monitoramento, o mesmo deverá ser entregue preferencialmente cabeado (ADSL ou CABLE ou FIBRA), não sendo possível na localidade, também será aceita a entrega do link via Enlace de Rádio;
- A instalação deverá ser realizada em ambiente interno dentro do respectivo rack;
- Esse item poderá ser subcontratado.

5.12- FORNECIMENTO DE CENTRAL DE GERENCIAMENTO

A Central de Gerenciamento deverá ser composta por software baseado em microcomputador apropriado à recepção, identificação e tratamento dos eventos gerados pelas centrais de transmissão instaladas nas Unidades, devendo funcionar em espaço definido pela Contratada.

53

A Central de Gerenciamento deverá funcionar independentemente do serviço de monitoramento, objetivando a validação dos alarmes, auditoria e visibilidade as Unidades externas (Escolas, Postos De Saúde, CRAS, CREAS, etc).

A Central de Gerenciamento deverá conter no mínimo os seguintes equipamentos (segundo quantitativos e especificação mínima conforme descrito):

- **02 (Dois) Ar Condicionado 22.000 BTU**
 - Fornecimento e instalação de Ar Condicionado:
 - Tipo Split com tecnologia inverter
 - Capacidade da Condensadora de no mínimo 22000 BTU;
 - 220v
- **02 (Dois) Conjuntos Mesa e Cadeira para Monitoramento**
 - Mesa:
 - Deverá possuir no mínimo 1000mm de largura e 900mm de profundidade
 - Deverá possuir Altura Regulável
 - Deverá possuir compartimento para acomodação da estação de monitoramento
 - Deverá possuir calha de tomada de no mínimo 8 entradas 2p+t
 - Cadeira:
 - Deverá possuir ajuste de altura do assento e base giratória com rodas
 - Deverá possuir apoio de braço com regulagem de altura
 - Deverá possuir apoio de cabeça ajustável
 - Deverá possuir ajuste para lombar

946

Especificações mínimas da instalação:

- Fixação dos monitores em parede com os devidos suportes e acessórios de fixação;
- Instalação do Sistema de Ar Condicionado
- Montagem e instalação das mesas e cadeiras
- Construção de um Pannel de Madeira para recepção dos 8 televisores;
- Conexão em ponto de energia elétrica;
- Instalação dos ativos incluindo todos os materiais necessários, teste de funcionamento;
- Configuração de todos ativos, incluindo documentação;
- Os sistemas serão instalados de forma a apresentarem alto grau de confiabilidade, preservando, ainda, a estética do ambiente, preservando-se as características originais do local e se necessário for, reconstituir o acabamento.

Fornecimento e instalação de Ar Condicionado:

- Tipo Split com tecnologia inverter
- Capacidade da Condensadora de no mínimo 22000 BTU;
- 220v
- **08 (oito) Televisores com a seguinte especificação mínima:**
 - Deverá possuir tamanho mínimo de tela de 55";

Assinado

10

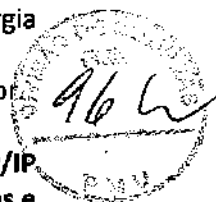
54

- Deverá possuir tecnologia LED;
 - Deverá possuir resolução mínima de 1920x1080;
 - Deverá ser compatível com suportes padrão VESA;
 - Deverá ser fornecida com suporte de parede tipo braço regulável;
 - Deverá possuir ângulo de visão de 178 graus horizontal e vertical;
 - Deverá possuir tempo de resposta de no mínimo 8ms.
- **01 (Hum) Gerenciador de VideoWall com a seguinte especificação mínima:**
- Deverá possuir no mínimo 8 saídas Hdmi;
 - Ser compatível com o software de monitoramento ofertado;
 - Deverá possuir resolução mínima de 1920x1080 em cada saída.
- **02 (Duas) Estações de trabalho para Visualização das Imagens com a seguinte especificação mínima:**
- Deverá possuir no mínimo Processador Intel Core I5 com no mínimo 6 núcleos, 9MB de Cache e 2,8 GHZ de frequência;
 - Deverá possuir no mínimo 8 (oito) Gb de Memória;
 - Deverá rodar em sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro ou superior;
 - Deverá possuir placa de vídeo com no mínimo 02 saídas Display Port e/ou HDMI, podendo ser 01 saída de cada, e deverá vir acompanhada de no mínimo 02 adaptadores Display Port para HDMI;
 - Ser fornecido com dois monitores *Full HD* de 21.5 polegadas;
 - Deverá possuir no mínimo 01 porta Gigabit 1000-Base T;
 - Fornecidos com mouse e teclado padrão ABNT2.
 - **Ser fornecido com mesa controladora PTZ, com as seguintes funções:**
 - Deverá possuir interfase USB HID para alimentação e comunicação;
 - Deverá possuir controle PTZ 3D;
 - Deverá possuir no mínimo 2 botões de controle do joystick;
 - Deverá possuir no mínimo 15 botões programáveis.
- **02 (Dois) servidores com a seguinte especificação mínima:**
- Deverá possuir um Processador Xeon mínimo 8C – mínimo Cachê 11mb – mínimo 2.1GHz;
 - Deverá possuir mínimo 16Gb RAM DDR4;
 - Deverá possuir no mínimo quatro discos de 240GB SSD;
 - Deverá ser um hardware exclusivo concebido para operar 24/7;
 - Deverá ser compatível com a infraestrutura de IT existente e não requerer cabeamento especial para sua inserção na rede;
 - Deverá rodar em sistema operacional Microsoft Windows Server 2012 ou superior;
 - Deverá ser escalável, ou seja, deverá permitir expansões de armazenamento;
 - Deverá ser acessível diretamente pelos clientes remotos espalhados pela rede;
 - Deverá suportar RAID5 e/ou RAID6;
 - Deverá permitir que os discos rígidos sejam trocados enquanto ligados, quando necessário, tecnologia hot swap;
 - Deverá oferecer a habilidade de troca entre fonte de energia enquanto ligados;

95 L

Assinado

- Deverá possuir pelo menos 1(uma) redundância de fonte (com potência equivalente);
 - Deverá possuir pelo menos 02 portas Ethernet Gigabit;
 - Deverá obedecer ao padrão dos racks de servidores de 19";
 - Fornecido com todos os Acessórios necessários incluindo o Kit de montagem em rack (suportes, trilhos e ferragens) e todos os Cabo de energia necessários;
 - Possuir entrada de Energia 100 a 240 VAC, 50/60 Hz, com auto interruptor.
- **Software de Gerenciamento para circuito fechado de TV baseado em redes TCP/IP com capacidade de controlar e visualizar imagens de todas às câmeras ofertadas e que deverão estar conectadas por servidores de vídeo ou codificadores com a seguinte especificação mínima:**
- Licença para o monitoramento de no mínimo 2240 câmeras (licenças);
 - Possuir função Vídeo Wall para gerencia de até 08 (oito) televisores;
 - Deverá ser licenciado para os analíticos especificados nas câmeras tipo 01 e 02;
 - O Sistema deve possuir uma interface de gerenciamento central, para compartilhamento de informações, conexão conveniente e cooperação com vários serviços. Ser capaz de adicionar dispositivos para gerenciamento, visualização ao vivo, reprodução de arquivos de vídeo, recebimento e gerenciamento de alertas, controle de acesso, e todos analíticos especificados nas câmeras tipo 1 e 2;
 - O sistema deve ser composto por software com características, Cliente/Servidor, ter sua interface de gerenciamento, acessível via web, no mínimo por navegador Internet Explorer, e interface de controle e visualização, por meio de cliente instalado em máquinas locais e remotas, que poderão acessar um mesmo servidor ou diversos interligados;
 - Deverá suportar no mínimo os seguintes codecs; H.264, H.264+, H.265 e H.265+;
 - Deverá ainda, possui versão para dispositivos móveis, compatíveis com plataformas IOS e Android, minimamente;
 - O software de Gerenciamento deverá ser minimamente compatível com os sistemas operacionais Microsoft Windows 10 e/ou Server 2008 ou superior.
- **01 (Hum) NOBREAK com a seguinte especificação mínima:**
- Deverá possuir Software de gerenciamento para ambiente Windows, Linux ou MAC;
 - Deverá ser bivolt, em modo automático;
 - Deverá possuir forma de onda Senoidal Pura;
 - Deverá possuir sinalização sonora e visual com as condições do equipamento atualizadas a todo instante, sendo capaz de informar quando a bateria precisará ser substituída;
 - Deverá ser acionado automaticamente na falta de energia elétrica;
 - Deverá possuir capacidade de no mínimo 10.000Va;

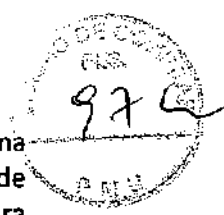


Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

56



- As baterias deverão ser dimensionadas para suportar 3000W por 20 minutos em caso de ausência de energia;
 - Deverá ser fornecido com baterias externas;
 - Deverá possuir chave liga/desliga.
- **01 (Hum) Sistema de Comunicação com a seguinte especificação mínima:**
 - Deverá ser fornecida e instalada na Central de Gerenciamento uma Plataforma de Comunicação IP capaz de gerenciar todos Pontos de Comunicação por Voz, criando uma rede de comunicação privada para prover a comunicação dos pontos remotos com a Central de Gerenciamento, devendo:
 - Ser licenciada para no Mínimo 200 ramais SIP;
 - Possuir QOS;
 - Possuir Gerenciamento WEB;
 - Possuir sistema de gravação de todas as ligações dos contatos realizados referentes aos eventos do sistema, os áudios deveram ficar disponíveis para consulta por período mínimo de 30 dias;
 - Ser compatível com protocolo SIP.
- **01 (Hum) Concentrador VPN com a seguinte especificação mínima:**
 - Com o objetivo de garantir a segurança das informações trafegadas entre os sites da Prefeitura e a Central de Gerenciamento, deverá ser fornecido uma solução de VPN para criptografia dos dados trafegados;
 - A solução deverá ser compatível algoritmo de criptografia 3DES, assegurando que somente os PEERS que fazem parte da VPN tenham capacidade de entender a mensagem final;
 - Deve possuir suporte básico a VPN site-to-site baseado em IPSec com as seguintes configurações mínimas;
 - Deverá ser instalada na central de gerenciamento uma solução de VPN , com capacidade de gerenciar todos os sites que se conectarão através de conexão criptografada, com a seguinte especificação mínima:
 - Suportar Throughput de VPN de 700 Mbps ou superior;
 - Suportar no mínimo 150 túneis VPNs site-to-site;
 - Deverá possuir pelo menos 05 portas Ethernet Gigabit.
- **Link de Internet com a seguinte especificação mínima:**
 - A contratada deverá disponibilizar na Central de Gerenciamento um link de acesso (dados) de no mínimo 20MB (simétrico) para recepção das imagens das unidades (Sites), o mesmo deverá ser entregue através de Fibra, não sendo permitido a entrega via Rádio Enlace ou outros meios.
- **01 (Um) NOBREAK com a seguinte especificação mínima:**
 - Deverá possuir Software de gerenciamento para ambiente Windows, Linux ou MAC;
 - Deverá ser bivolt, em modo automático;
 - Deverá possuir forma de onda Senoidal Pura;
 - Deverá possuir sinalização sonora e visual com as condições do equipamento atualizadas a todo instante, sendo capaz de informar quando a bateria precisará ser substituída;

54

- Deverá ser acionado automaticamente na falta de energia elétrica;
- Deverá possuir capacidade de no mínimo 5000Va;
- As baterias deverão ser dimensionadas para suportar 2500W por 20 minutos em caso de ausência de energia;
- Deverá ser fornecido com baterias externas;
- Deverá possuir chave liga/desliga.



5.13 – Seguro Ressarcimento

5.13.1 A CONTRATADA deverá ressarcir à CONTRATANTE, nas mesmas condições em que se encontravam quaisquer bens, equipamento e/ou utensílios que por ventura sejam subtraídos, danificados ou desaparecidos das áreas de abrangência da segurança eletrônica, no caso de roubos e furtos de bens, arrombamentos, invasões não autorizadas, ainda que não tenha ocorrido o disparo do alarme.

5.13.2 O ressarcimento terá como teto anual o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por unidade (equipamento monitorado), sendo o prazo de recomposição de no máximo 30(trinta) dias para bens patrimoniados e 72(setenta e duas horas) para bens não patrimoniados que integram a estrutura física da unidade monitorada, bem como para os insumos perecíveis, neste último caso a Contratada deverá iniciar as atividades de reparo em até 06 (horas), após o conhecimento/registro do sinistro, inclusive adotando medidas paliativas objetivando a proteção do equipamento público/Unidade.

6 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA O LOTE 01:

6.1 A documentação relativa à qualificação técnico-operacional consistirá em:

6.1.1 Comprovação que a empresa licitante está apta a prestar os serviços, objeto da presente licitação, através da apresentação de atestado(s) firmado(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre a experiência por desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com itens relevantes aqui licitados com o objeto desta ligação, que traga expressamente o nome da empresa ora licitante como executora dos serviços em questão.

6.1.2 Será(ão) considerado(s) compatível(is) em características com o objeto ora licitado(s) atestado(s) de capacidade técnica que comprovar(em) que a licitante executa ou executou de maneira concomitante por pelo menos 06 (seis) meses ininterruptos de atuação, locação ou prestação de serviço de instalação, manutenção, monitoramento em sistema de CFTV e sistema de alarmes.

6.1.3 Para fins desta licitação, são considerados itens relevantes e valor significativo, aqueles representados pelos serviços a seguir discriminados, admitindo-se a soma de atestados:

- Fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de videomonitoramento, contendo pelo menos 01 (uma) Central de Videomonitoramento equipada com servidor de gravação, estações de trabalho, Videowall e Nobreak.

54

- Instalação, configuração e manutenção de no mínimo 1000 câmeras IP, 90 gravadores de vídeos IP (NVR's) distribuídos em pelo menos 90 pontos/locais.
- Fornecimento, instalação e manutenção em sistema de alarmes.
- Deverá ser disponibilizada todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que legitimou a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.



7 - Descrição do Lote 02:

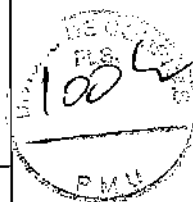
O lote 02 será composto pela aquisição e instalação de infraestrutura necessária para implementação do sistema de videomonitoramento e de segurança eletrônica integrada, contendo elaboração de layout/croqui, consoante discriminado neste Termo de Referência.

LOTE 02

LOTE	REF.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (Unidade)
LOTE 02	7.1	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA A CÂMERA TIPO 1	1120
	7.2	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA A CÂMERA TIPO 2	1120
	7.3	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O SERVIDOR DE GRAVAÇÃO TIPO 1	100
	7.4	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O SERVIDOR DE GRAVAÇÃO TIPO 2	80
	7.5	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA	180

[Handwritten signatures and initials]

		O KIT CENTRAL DE ALARME	
7.6	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O SENSOR DE PRESENÇA	1440	
7.7	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA MONITOR	180	
7.8	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA EQUIPAMENTO VPN	180	
7.9	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA PONTO DE COMUNICAÇÃO POR VOZ	181	
7.10	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA CENTRAL DE GERENCIAMENTO	01	
7.11	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE RACK	180	
7.12	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONCERTINA ELETRIFICADA	10	
7.13	ELABORAÇÃO DE LAYOUT/CROQUI	181	



Devero

[Signature]

OBS: Os custos da aquisição e instalação da infraestrutura, bem como da elaboração do Projeto referenciado, deverão ser cobrados em uma única oportunidade e não deverão integrar os custos referentes a locação e manutenção dos equipamentos.

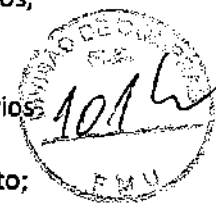
[Signature]

6

7.1 -Especificações mínimas da instalação da câmera tipo 1 (Ref. 5.1 do lote 01)

Serviços a serem executados pela CONTRATADA, considera-se a instalação em ambientes internos e externos como corredores, salas, departamentos, recepções e portarias, fixadas em parede e/ou forros ou perímetros, estacionamentos, fachadas, corredores externos, portarias externas, dentre outros, deve-se prever:

- Fixação da câmera em postes metálicos ou paredes com os devidos suportes e acessórios de fixação (incluindo grade de proteção);
- Instalação dos ativos incluindo todos os materiais necessários, teste de funcionamento;
- Fornecimento e Instalação de Cabeamento (Cat5E, conforme legislações pertinentes emitidas pela ANATEL/INMETRO) e conectores;
- Fornecimento e Instalação de Infraestrutura seca ¾ Galvanizada Leve (Estimativa média de 5 metros por ponto de monitoramento);
- Adequação de posicionamento/Movimentações de ajustes em Câmeras, de acordo com orientações da equipe da Prefeitura Municipal de Uberlândia;
- Configurações de dispositivo IP: Nome, atribuição de IP, Configurações de imagens, Configurações de Armazenamento, Configurações Gerais;
- Configuração das funcionalidades básicas para que o equipamento entre em operação no ambiente proposto;
- Integração deste componente ao demais componentes da solução;
- Identificação física dos equipamentos;
- Inclusão dos dados de configuração de todos os equipamentos na documentação depois de instalados;
- Os sistemas serão instalados de forma a apresentarem alto grau de confiabilidade, preservando, ainda, a estética do ambiente, preservando-se as características originais do local e, se for necessário, reconstituir o acabamento.



7.2 - Especificações mínimas da instalação da câmera tipo 2 (Ref. 5.2 do lote 01)

Serviços a serem executados pela CONTRATADA, considera-se a instalação em ambientes internos e externos como corredores, salas, departamentos, recepções e portarias, fixadas em parede e/ou forros ou perímetros, estacionamentos, fachadas, corredores externos, portarias externas, dentre outros, deve-se prever:

- Fixação da câmera em postes metálicos ou paredes com os devidos suportes e acessórios de fixação (incluindo grade de proteção);
- Instalação dos ativos incluindo todos os materiais necessários, teste de funcionamento;
- Fornecimento e Instalação de Cabeamento (Cat5E, conforme legislações pertinentes emitidas pela ANATEL/INMETRO) e conectores;
- Fornecimento e Instalação de Infraestrutura seca ¾ Galvanizada Leve (Estimativa média de 5 metros por ponto de monitoramento);
- Adequação de posicionamento/Movimentações de ajustes em câmeras, de acordo com orientações da equipe da Prefeitura Municipal de Uberlândia;
- Configurações de dispositivo IP: Nome, atribuição de IP, Configurações de imagens, Configurações de Armazenamento, Configurações Gerais;
- Configuração das funcionalidades básicas para que o equipamento entre em operação no ambiente proposto;
- Integração deste componente ao demais componentes da solução;
- Identificação física dos equipamentos;

Assinado

[Assinatura]

[Assinatura]

61

- Inclusão dos dados de configuração de todos os equipamentos na documentação depois de instalados;
- Os sistemas serão instalados de forma a apresentarem alto grau de confiabilidade, preservando, ainda, a estética do ambiente, preservando-se as características originais do local e se for necessário, reconstituir o acabamento.



7.3 - Especificações mínimas da instalação de servidor de gravação tipo 1 (Ref. 5.3 do lote 01)

Considera-se a instalação em ambiente interno dentro do respectivo rack e deve-se prever:

- Instalação dos ativos incluindo todos os materiais necessários, teste de funcionamento;
- Fornecimento e Instalação de Cabeamento (Cat5E, conforme legislações pertinentes emitidas pela ANATEL/INMETRO) e conectores;
- Configurações de dispositivo IP: Nome, atribuição de IP, Configurações de imagens, Configurações de Armazenamento, Configurações Gerais;
- Configuração das funcionalidades básicas para que o equipamento entre em operação no ambiente proposto;
- Integração deste componente ao demais componentes da solução;
- Identificação física dos equipamentos;
- Inclusão dos dados de configuração de todos os equipamentos na documentação depois de instalados;
- Os sistemas serão instalados de forma a apresentarem alto grau de confiabilidade, preservando, ainda, a estética do ambiente, preservando-se as características originais do local e, se for necessário, reconstituir o acabamento.

7.4 - Especificações mínimas da instalação de servidor de gravação tipo2 (Ref. 5.4 do lote 01)

Considera-se a instalação em ambiente interno dentro do respectivo rack e deve-se prever:

- Instalação dos ativos incluindo todos os materiais necessários, teste de funcionamento;
- Fornecimento e Instalação de Cabeamento (Cat5E, conforme legislações pertinentes emitidas pela ANATEL/INMETRO) e conectores;
- Configurações de dispositivo IP: Nome, atribuição de IP, Configurações de imagens, Configurações de Armazenamento, Configurações Gerais;
- Configuração das funcionalidades básicas para que o equipamento entre em operação no ambiente proposto;
- Integração deste componente ao demais componentes da solução;
- Identificação física dos equipamentos;
- Inclusão dos dados de configuração de todos os equipamentos na documentação depois de instalados;
- Os sistemas serão instalados de forma a apresentarem alto grau de confiabilidade, preservando, ainda, a estética do ambiente, preservando-se as características originais do local e, se for necessário, reconstituir o acabamento.

Assinado

[Assinatura]

7.5 - Especificações mínimas da instalação do kit de central de alarme (Ref. 5.5 do lote 01)

Este item engloba as especificações mínimas para instalação física e configuração dos equipamentos de alarme.

[Assinatura]

- Fixação da central de alarme em local seguro com os devidos suportes e acessórios de fixação;
- Instalação dos ativos incluindo todos os materiais necessários, teste de funcionamento;
- Inclusão de Cabeamento, conversores, conectores quando necessários;
- Montagem do equipamento e seus acessórios;
- Conexão em ponto de energia elétrica;
- Configurações Básicas da Central de Alarme: Nome, atribuição de IP, configurações zonas, configurações de alarmes, configurações gerais;
- Configuração das funcionalidades básicas para que o equipamento entre em operação no ambiente proposto;
- Integração deste componente ao demais componentes da solução;
- Identificação física dos equipamentos;
- Inclusão dos dados de configuração de todos os equipamentos na documentação depois de instalados;
- Os sistemas serão instalados de forma a apresentarem alto grau de confiabilidade, preservando, ainda, a estética do ambiente, preservando-se as características originais do local e, se for necessário, reconstituir o acabamento.



7.6 - Especificações mínimas da instalação do sensor de presença (Ref. 5.6 do lote 01)

Este item engloba as especificações mínimas para instalação física e configuração dos equipamentos de alarme.

- Fixação do sensor em local seguro com os devidos suportes e acessórios de fixação;
- Instalação dos ativos incluindo todos os materiais necessários, teste de funcionamento;
- Inclusão de Cabeamento, conversores, conectores quando necessários;
- Montagem do equipamento e seus acessórios;
- Adequação de posicionamento/ Movimentações de ajustes em Sensores, de acordo com orientações da equipe de segurança;
- Configuração das funcionalidades básicas para que o equipamento entre em operação no ambiente proposto;
- Integração deste componente ao demais componentes da solução;
- Identificação física dos equipamentos;
- Inclusão dos dados de configuração de todos os equipamentos na documentação depois de instalados;
- Os sistemas serão instalados de forma a apresentarem alto grau de confiabilidade, preservando, ainda, a estética do ambiente, preservando-se as características originais do local e, se for necessário, reconstituir o acabamento.

Assinado

7.7 - Especificações mínimas da instalação do monitor (Ref. 5.7 do lote 01)

- Fixação do monitor em parede com os devidos suportes e acessórios de fixação;
- Conexão em ponto de energia elétrica;
- Instalação dos ativos incluindo todos os materiais necessários, teste de funcionamento;
- Os sistemas serão instalados de forma a apresentarem alto grau de confiabilidade, preservando, ainda, a estética do ambiente, preservando-se as características originais do local e se for necessário, reconstituir o acabamento.

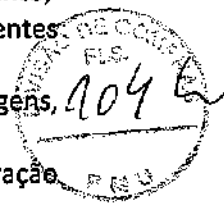
Assinado

Assinado

7.8 - Especificações mínimas da instalação do equipamento de VPN (Ref. 5.9 do lote 01)

Considera-se a instalação em ambiente interno dentro do respectivo rack e deve-se prever:

- Instalação dos ativos incluindo todos os materiais necessários, teste de funcionamento;
- Fornecimento e Instalação de Cabeamento (Cat5E, conforme legislações pertinentes emitidas pela ANATEL/INMETRO) e conectores;
- Configurações de dispositivo IP: Nome, atribuição de IP, Configurações de imagens, Configurações de Armazenamento, Configurações Gerais;
- Configuração das funcionalidades básicas para que o equipamento entre em operação no ambiente proposto;
- Integração deste componente ao demais componentes da solução;
- Identificação física dos equipamentos;
- Inclusão dos dados de configuração de todos os equipamentos na documentação depois de instalados;
- Os sistemas serão instalados de forma a apresentarem alto grau de confiabilidade, preservando, ainda, a estética do ambiente, preservando-se as características originais do local e, se for necessário, reconstituir o acabamento.



7.9 - Especificações mínimas da instalação do ponto de comunicação por voz (Ref. 5.10 do lote 01)

Considera-se a instalação em ambiente interno, em local definido pela gerencia da localidade e deve-se prever:

- Instalação dos ativos incluindo todos os materiais necessários, teste de funcionamento;
- Fornecimento e Instalação de (Cat5E, conforme legislações pertinentes emitidas pela ANATEL/INMETRO) e conectores;
- Configurações de dispositivo IP: Nome, atribuição de IP, Configurações de imagens, Configurações de Armazenamento, Configurações Gerais;
- Configuração das funcionalidades básicas para que o equipamento entre em operação no ambiente proposto;
- Integração deste componente ao demais componentes da solução;
- Identificação física dos equipamentos;
- Inclusão dos dados de configuração de todos os equipamentos na documentação depois de instalados;
- Os sistemas serão instalados de forma a apresentarem alto grau de confiabilidade, preservando, ainda, a estética do ambiente, preservando-se as características originais do local e se for necessário, reconstituir o acabamento.

Assinado

7.10 - Especificações mínimas da instalação da Central de Gerenciamento (Ref. 5.12 do lote 01)

- Fixação dos monitores em parede com os devidos suportes e acessórios de fixação, incluindo um painel em madeira MDF, de tamanho e medidas suficientes para acomodar os 08 (oito) monitores, o objetivo do painel é melhorar a estética da Central de Gerenciamento e proteger o cabeamento dos monitores;
- Conexão em ponto de energia elétrica;
- Instalação dos ativos incluindo todos os materiais necessários, teste de funcionamento;

R

[Handwritten signature]

- Os sistemas serão instalados de forma a apresentarem alto grau de confiabilidade, preservando, ainda, a estética do ambiente, preservando-se as características originais do local e se for necessário, reconstituir o acabamento.

7.11 - Especificações mínimas da aquisição e instalação do rack

7.11.1 Aquisição:

- Laterais removíveis em chapa de aço, com mecanismo de trava interno;
- Furação para fixação em parede;
- Abertura inferior e superior para passagem de cabos com tampa removível;
- Porta de frontal com estrutura em chapa aço e visor em chapa de acrílico, com fechadura e chave;
- Possuir altura de 12U;
- Possuir profundidade interna de 470 mm;
- Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários à interligação de toda solução ofertada;
- Possuir acabamento em pintura eletrostática texturizada;
- Deverá ser fornecido com no mínimo 01 (uma) régua de energia padrão 2p+ t com conexões;
- Deverá ser fornecido com todos acessórios de fixação incluindo kit de fixação dos equipamentos;
- Deverá ser fornecido com 01 (um) nobreak de no mínimo 600VA com entrada bivolt, com bateria interna.



7.11.2 Instalação

- Fixação do rack parede com os devidos suportes e acessórios de fixação;
- Conexão em ponto de energia elétrica;
- Instalação dos ativos incluindo todos os materiais necessários, teste de funcionamento;
- Os sistemas serão instalados de forma a apresentarem alto grau de confiabilidade, preservando, ainda, a estética do ambiente, preservando-se as características originais do local e se necessário for reconstituir o acabamento.

7.12 - Especificações mínimas da aquisição e instalação da concertina eletrificada

7.12.1 – Aquisição:

- Concertina dupla em aço inoxidável para cobertura de no máximo 50 (cinquenta) metros lineares;
- Sistema de aprendizagem de perímetro automática e detecção de fugas, monitoramento de alta tensão, violação de cerca;
- Tensão de saída de choque programável;
- Reconhecimento do perímetro;
- Permitir interligação com centrais de alarmes com 02 (duas) saídas para monitoramento;
- Possuir 01 (uma) bateria 12V 7ª;
- 01 (uma) Sirene 120db 12V;

Assinado

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

- A fixação da concertina deverá observar distância padrão 60 (sessenta) centímetros entre as presilhas, observando-se ainda 07 (sete) voltas por metro depois de instalada.
- Demais Materiais: Presilhas, Cabos, fios, hastes de aterramento de cobre, adaptadores, conectores, fitas isolantes, parafusos, broca, cola, além de outros materiais necessários para a instalação e funcionamento do equipamento de segurança, qual seja, a cerca elétrica.



7.12.2 - Instalação:

A contratada deverá instalar o kit de concertina eletrificada em todo perímetro da área que se pretende proteger de possíveis invasões e depredações.

7.13 - Elaboração do Layout/Croqui do Sistema de Alarme e de Videomonitoramento

A Contratada deverá vistoriar os equipamentos públicos e sequencialmente apresentar layout/croqui do sistema de alarme e de videomonitoramento (CFTV), o qual deverá ser submetido à aprovação da Contratante, e deverá conter detalhadamente: a instalação de cada equipamento público a ser monitorado, a distribuição da rede de cabeamento estruturada de dados, da rede elétrica, das câmeras, dos sensores de alarme, das sirenes e dos todos os demais elementos componentes,

- A Contratada, afora o do layout/croqui, deverá ainda emitir um relatório de vistoria, com a viabilidade da solução tecnológica definida para cada localidade, inclusive com registro fotográfico.
- Caso exista equipamentos de CFTV e/ou alarme instalados nos locais, a Contratada deverá realizar levantamento e registro dos mesmos, inclusive por meio fotográfico.

8 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA O LOTE 02:

8.1 A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:

8.1.1 Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da empresa e seus responsáveis técnicos, em ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, sendo inválida a certidão que não apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa, conforme Resolução do CONFEA nº 1.094/2017 e Lei Federal nº 5.194 de 24/12/1966.

8.1.2 Da Qualificação Técnico-Profissional: Comprovação que a empresa possui em seu corpo técnico, na data de apresentação da proposta, profissional(ais) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução dos serviços em características semelhantes e compatíveis com o objeto desta licitação.

8.1.2.1 O(s) referido(s) atestado(s) técnico(s) poderá(ão) ser firmado(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado e deverá(ão) ter sido emitido(s) em nome do profissional(ais)

66

comprovadamente integrante (s) do quadro permanente da licitante, na data da apresentação da documentação para habilitação e pertencente(s) ao corpo de Responsáveis Técnicos d empresa.

8.1.2.2 A comprovação de que o profissional pertence ao corpo técnico da licitante será estabelecida pela apresentação de cópia de carteira de trabalho (Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS – cópia da folha de identificação do trabalhador e da folha de registro do contrato de trabalho) ou ficha de registro de empregados em que conste o licitante como contratante, pela vinculação societária ou pela qualidade de diretor da empresa, do contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura de profissional detentor de atestado apresentando, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

1016
PMU

8.1.2.3 O (s) atestado(s) deve (m) estar devidamente registrado(s) no CREA, comprovando que o (s) profissional(is) executou (aram) ou participou (aram) da execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, com itens relevantes aqui licitados.

8.1.2.4 O (s) atestado (s) técnico(s) emitido (s) em nome do(s) profissional(ais) de nível superior somente poderá(ão) ser utilizado (s) **por uma única empresa licitante**, nesta licitação. Caso o(s) mesmo (s) atestado (s) seja(m) apresentado(s) por mais de uma licitante, o(s) mesmo(s) não será(ão) considerado(s) com documento(s) comprovador(es) da qualificação técnica requerida.

8.1.3 Da Qualificação Técnico-Operacional: Comprovação que a empresa licitante está apta a prestar os serviços, objeto da presente licitação, através da apresentação de atestado(s) firmado(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre a experiência por desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com os serviços aqui licitados e que traga expressamente o nome da empresa ora licitante como executora dos serviços em questão, acompanhados das suas respectivas CAT(s).

8.1.3.1 Declaração de compromisso de manter, na condução dos serviço(s), o(s) profissional(ais) cujo(s) atestado(s) tenha(m) sido utilizado(s) para o atendimento da qualificação técnico-profissional, acompanhada de declaração desse(s) profissional(ais) de que assumirá(ão) a responsabilidade técnica dos serviços e recolhimento da ART do(s) profissional(ais), em nome da licitante, caso esta venha a ser declarada vencedora desta licitação.

Assinado

8.1.3.2 Em caso de necessidade de substituição do(s) profissional(is) nos termos do item anterior, por afastamento de qualquer natureza ou morte, a empresa se obriga a substituí-lo por outro(s) profissional(is) de mesma capacidade técnica, devendo para tanto, o(s) novo(s) profissional(is) emitir declaração de que assumirá(ão) a responsabilidade técnica dos serviços e recolhimento da ART do(s) profissional(ais) em nome de licitante.

Assinado

Assinado

9 – DAS PENALIDADES

9.1 Sem prejuízo da aplicação disposto na seção II do Capítulo IV da Lei nº 8.666/1993, a Contratada está sujeita às penalidades previstas no Decreto nº 18.198/2019, aplicadas na forma do capítulo IV do mesmo diploma normativo.

9.2 Na aplicação das penalidades, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade; a natureza e a gravidade da infração cometida; os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais, agravantes e atenuantes e os antecedentes da Contratada.



9.3 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras penalidades administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

10 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Entende-se por infraestrutura: Todo e qualquer equipamento/item necessário à implementação do Sistema de Videomonitoramento (racks, tubulação, cabeamento, adaptação de instalações elétricas, etc.);

10.2 Entende-se por instalação: A montagem, a fixação, os ajustes, e suas respectivas interligações com quadros e painéis, a alimentação elétrica de todos os equipamentos, execução de testes e a colocação em operação de todo o sistema em perfeito estado de funcionamento, inclusive ainda os serviços de adequação, montagem, instalação, testes e obras civis, se houver;

10.3 Após conclusão dos serviços de instalação, a Contratada deverá recolher todo o entulho ou quaisquer materiais remanescentes do trabalho executado. Os locais deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, a fim de manter/acompanhar os padrões estético/visuais da Contratante;

10.4 Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados e desempenho, devendo a Contratada implantar a solução mais adequada para o caso concreto, de modo a aperfeiçoar a qualidade dos serviços de videomonitoramento e a buscar a melhor integração entre materiais, equipamentos, instrumentos e outros componentes.

Handwritten signature

11 - DA COMPOSIÇÃO DO PREÇO PARA O LOTE 01 e 02

11.1 Para composição do preço, a empresa licitante poderá adotar como parâmetro todas as descrições/informações apresentadas nos anexos, podendo também realizar visita técnica, por amostragem, a qual poderá ocorrer em qualquer dia útil que preceda o dia da abertura do certame.

Handwritten signature

Handwritten signature

11.2 A visita deverá ser agendada junto a Secretaria de Prevenção às Drogas, Defesa Social e Defesa Civil, no horário das 09:00h às 11:30h e 14:00h às 17:00h pelo acesso: 3239-2818, não sendo permitida a visita concomitante entre licitantes.

11.3 A empresa licitante detectando algum outro acessório ou mesmo quantitativos diferentes de materiais para a instalação do Sistema deverá promover a composição do seu custo, já que o Sistema deverá ser entregue em pleno funcionamento e sem qualquer custo adicional para o Município.



12 – VALOR CONTRATUAL ESTIMADO

12.1. – LOTE 01: O valor mensal estimado é de R\$ 497.883,65 (Quatrocentos e noventa e sete mil e oitocentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), perfazendo o total anual de R\$ 5.974.603,80 (cinco milhões e novecentos e setenta e quatro mil e seiscentos e três reais e oitenta centavos).

LOTE	REF.	EQUIPAMENTO/SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 01	5.1	CÂMERA TIPO 1	1120	92,00	103.040,00
	5.2	CÂMERA TIPO 2	1120	96,00	107.520,00
	5.3	SERVIDOR DE GRAVAÇÃO TIPO 01	100	141,12	14.112,00
	5.4	SERVIDOR DE GRAVAÇÃO TIPO 02	80	101,07	8.085,60
	5.5	KIT CENTRAL DE ALARME	180	85,00	15.300,00
	5.6	SENSOR DE PRESEÇA	1440	64,05	92.232,00
	5.7	MONITORES	180	140,00	25.200,00
	5.8	MONITORAMENTO	180	250,00	45.000,00
	5.9	EQUIPAMENTO VPN	180	110,00	19.800,00
	5.10	PONTO DE COMUNICAÇÃO POR VOZ	181	64,05	11.593,05
	5.11	LINK DE ACESSO SMB	180	252,00	45.360,00
	5.12	CENTRAL DE GERENCIAMENTO	1	10.641,00	10.641,00

12.2 – LOTE 02: O valor total estimado para o lote 02: R\$ 1.558.338,81 (Um milhão e quinhentos e cinquenta e oito mil e trezentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos).

LOTE	REF.	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE:	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 02	7.1	INFRAESTRUTURA PARA CÂMERA TIPO 1	1120	316,73	354.737,60
	7.2	INFRAESTRUTURA PARA CÂMERA TIPO 2	1120	316,73	354.737,60
	7.3	INFRAESTRUTURA PARA SERVIDOR TIPO 01	100	404,18	40.418,00
	7.4	INFRAESTRUTURA PARA SERVIDOR TIPO 02	80	404,18	32.334,40
	7.5	INFRAESTRUTURA PARA KIT CENTRAL DE ALARME	180	573,90	103.302,00
	7.6	INFRAESTRUTURA PARA SENSOR DE PRESEÇA	1440	109,50	157.680,00
	7.7	INFRAESTRUTURA PARA MONITORES	180	164,93	29.687,40
	7.8	INFRAESTRUTURA PARA EQUIPAMENTO DE VPN	180	324,46	58.402,80
	7.9	INFRAESTRUTURA PARA PONTO DE COMUNICAÇÃO DE VOZ	181	316,96	57.369,76
	7.10	INFRAESTRUTURA PARA CENTRAL DE GERENCIAMENTO	1	27.550,00	27.550,00
	7.11	RACK	180	904,98	162.896,40
	7.12	CONCERTINA ELETRIFICADA	10	2.902,00	29.020,00
	7.13	ELABORAÇÃO DO LAYOUT/CROQUI DO SISTEMA DE ALARME E DE VIDEOMONITORAMENTO	181	829,85	150.202,85

12.3 - Em se tratando do Lote 02, o valor da aquisição/instalação será pago conforme demanda, ou seja: condicionado a efetiva entrega dos serviços por equipamento público/unidade.

12.4 – O valor Global estimado dos 02 (dois) lotes é de R\$ 7.532.942,61 (Sete milhões e quinhentos e trinta e dois mil e novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e um centavos)

13 – PRAZO CONTRATUAL

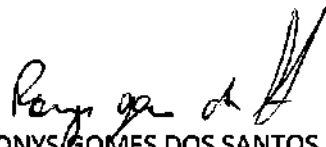
13.1 - O prazo de vigência do contrato referente ao lote 01 será de até 12 (doze) meses, adstrito ao correspondente exercício financeiro, podendo ser prorrogado por interesse da administração pública, por períodos iguais e sucessivos, na forma do artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/1993.

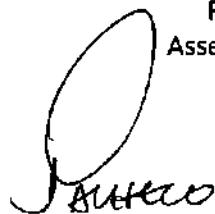
13.2 – O prazo de vigência do contrato referente ao lote 02 será de 12 (doze) meses.



Uberlândia, 06 de abril de 2020.


FIDEL CARLOS SILVA NOGUEIRA
Assistente de Apoio


RONYS GOMES DOS SANTOS
Assessor De Op. em Segurança e Inteligência


CLEMENTE PACHECO DA SILVA
Diretor de Segurança e Inteligência

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES GERAIS

1 - COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA

- Os quantitativos listados são estimados, sendo que não obriga o Município a contratação total.



1.1 - LOTE 01

- O valor mensal estimado é de R\$ 497.883,65 (Quatrocentos e noventa e sete mil e oitocentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), perfazendo o total anual de R\$ 5.974.603,80 (cinco milhões e novecentos e setenta e quatro mil e seiscentos e três reais e oitenta centavos).

- Identificação da marca e modelo são obrigatórios na proposta.

1.2 - LOTE 02

- O valor total estimado é de R\$ 1.558.338,81 (Um milhão e quinhentos e cinquenta e oito mil e trezentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos).

- O valor da instalação será pago conforme demanda, ou seja: condicionado a efetiva entrega dos serviços por equipamento público/unidade.

- Identificação da marca e modelo são obrigatórios na proposta.

1.3 – O valor Global estimado dos 02 (dois) lotes é de R\$ 7.532.942,61 (sete milhões e quinhentos e trinta e dois mil e novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e um centavos).

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES GERAIS

1 - DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

- A licitante vencedora deverá prestar suporte técnico ao sistema de segurança durante a vigência do contrato em regime 8x5; segunda a sexta feira em horário comercial.



- No caso de sinistro ocorrido fora dos dias e horários estabelecidos do item antecedente, a Contratada deverá providenciar, imediatamente a ocorrência do sinistro, medidas paliativas visando garantir o mínimo de segurança ao equipamento público/Unidade.

- O suporte e assistência às câmeras deverá prever manutenção física e lógica dos equipamentos, realizando-se testes de funcionamento, detecção de falhas e correções de qualquer gênero, de acordo com os níveis de serviço acordados no Projeto.

- A licitante deverá disponibilizar, afora o ponto de comunicação por voz, um portal (Service Desk) com usuário e senha e um canal de atendimento 0800 que deverá funcionar, sem interrupção, 24 horas por dia, nos sete dias da semana, inclusive nos feriados. Os chamados técnicos deverão ser inicializados através destas ferramentas, que serão contatos entre usuários do sistema e a equipe técnica da Licitante.

- Os atendimentos aos chamados técnicos deverão ser prestados de acordo como o nível de severidades abaixo:

- Entende-se por nível de severidade os chamados:

01 Nível Alto – Serviços e Equipamentos diretamente relacionados à Central de Monitoramento: Servidores e falhas graves em câmeras, possuindo o prazo máximo de 02h para início do atendimento e de 24h para sua solução.

02 – Nível Médio – Serviços com indisponibilidade parcial: Falhas médias em câmeras, alarmes e servidores, possuindo o prazo máximo de 04 h para seu atendimento e de 48h para sua solução.

03- Nível Baixo – Serviços com indisponibilidade parcial de baixa importância: Alarmes e avisos de equipamentos, insatisfações, críticas ou dúvidas, possuindo o prazo máximo de 08h para início do atendimento e 36h para sua solução.

- Entende-se por início do atendimento o momento da abertura do chamado técnico pelo solicitante;

- Entende-se por término de atendimento a correspondente solução do problema e por decorrência o pleno funcionamento do Sistema;

- O nível de severidade será informado pelo solicitante quando da abertura do chamado,

- O nível de severidade poderá ser reclassificado a critério do Município de Uberlândia, Caso isso ocorra haverá o início de nova contagem de prazo, conforme novo nível de severidade;
- Deverá ser apresentado relatório das ações para cada solicitação de suporte, contendo data e hora da solicitação de suporte técnico, do início e do término do atendimento, identificação do problema, providências adotadas e demais informações pertinentes;
- Não havendo cumprimento dos tempos de início e término para os chamados correrá para cada hora fora do SLA (sem possibilidade de fracionamento) glosa por hora/equipamento da seguinte forma: $Glosa = \frac{\text{Total de hora/equipamento inoperante} \times (\text{Total Mensal Contrato} / \text{Total de equipamento Contrato})}{\text{Dias do Mês} / \text{Horas do Dia}}$;
- A licitante vencedora deverá manter ao longo do contrato, equipe técnica especializada para assegurar a completa manutenção e suporte dos Sistemas implantados.
- A manutenção preventiva do sistema deverá ser realizada de forma periódica, com a realizações de visitas, contendo minimamente relatório fotográfico dos Equipamentos Públicos/Unidades, dia e horário da visita (início e término), relacionando inclusive os itens verificados no equipamento/Unidade.



A Contratante disponibilizará trimestralmente à Contratada, para análise, aprovação e devido acompanhamento, o cronograma de manutenção preventiva, envolvendo as soluções de câmera, sensores, alarmes e sirenes, transmissão de dados, infraestrutura elétrica e infraestrutura de servidores, contemplando os seguintes serviços:

- Limpeza geral das caixas de proteção;
- Limpeza do visor/globo de proteção das câmeras e sensores;
- Verificação dos conectores;
- Verificação do sistema de alimentação;
- Verificação das instalações física (suporte e fiação).
- Servidor, Acessórios:
- Limpeza geral;
- Checagem de conexões, fontes e nobreaks;
- Verificação de periféricos;
- Testes de resposta a comando;
- Medição da tensão de alimentação;
- Checagem dos conectores dos periféricos;
- Revisão geral das configurações e ajustes necessários;

- Monitores;
- Verificação dos ajustes de tela.

2 – DO PRAZO DE INSTALAÇÃO

- O prazo de instalação e funcionamento dos sistemas deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, a contar da ordem inicial de serviço emitida para cada unidade a ser monitorada.
- Os sistemas serão instalados de forma a apresentarem alto grau de confiabilidade, preservando, ainda, a estética do ambiente, preservando-se as características originais do local e, se for necessário, reconstituir o acabamento.
- A contratada deverá se responsabilizar pela instalação, operação e manutenção dos sistemas de segurança eletrônica.



Jaqueline

[Signature]

[Signature]

[Signature]

74

ANEXO III

RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/UNIDADES

<u>Nº</u>	<u>ÓRGÃO</u>	<u>ENTIDADE</u>	<u>ENDEREÇO/ EQUIPAMENTOS</u>
<u>1</u>	<u>PREFEITURA</u>	<u>CENTRAL DE MONITORAMENTO</u>	<u>AV. NICOMEDES ALVES DOS SANTOS, 707 , LÍDICE</u>
<u>2</u>	<u>PREFEITURA</u>	<u>SEDE PREFEITURA</u>	<u>AV. ANSELMO ALVE DOS SANTOS 600</u>
<u>3</u>	<u>SEDEST</u>	<u>REDE CRESCER ESTAÇÃO CIDADANIA TIBERY E CRAS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TIBERY</u>	<u>AV. EUROPA, 175 BAIRRO TIBERY</u>
<u>4</u>	<u>CULTURA</u>	<u>PRAÇA PEC</u>	<u>RUA JUVENÍLIA MOTA LEITE, 700 B.SHOPPING PARK</u>
<u>5</u>	<u>AGROPECUÁRIA</u>	<u>DIRETORIA DE MOTOMEKANIZAÇÃO</u>	<u>RUA YA NASSO, 55 BAIRRO PLANALTO</u>
<u>6</u>	<u>AGROPECUÁRIA</u>	<u>COMPLEXO AGROPECUÁRIO</u>	<u>AV. DAS GAMELEIRAS,10 BAIRRO PLANALTO</u>
<u>7</u>	<u>PREVENÇÃO</u>	<u>DEFESA SOCIAL</u>	<u>NICOMEDES ALVES DOS SANTOS,707 BAIRRO LÍDICE</u>
<u>8</u>	<u>PREVENÇÃO</u>	<u>DEFESA CIVIL</u>	<u>AV. JOSE ANDRAUS GASSANI, 4655 B. INDUSTRIAL</u>
<u>9</u>	<u>GOVERNO</u>	<u>PROCON</u>	<u>AV. AFONSO PENA, 1612 BAIRRO APARECIDA</u>
<u>10</u>	<u>AGROPECUÁRIA</u>	<u>MERCADO MUNICIPAL/CENTRO CULTURAL</u>	<u>RUA OLEGÁRIO MACIEL, 255 BAIRRO CENTRO</u>
<u>11</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>ESCOLA M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMILIA SARAIVA</u>	<u>RUA RODOLFO CORREA , 66 BAIRRO LÍDICE</u>
<u>12</u>	<u>SEDEST</u>	<u>DELEGACIA DA MULHER</u>	<u>RUA NICOMEDES ALVES DOS SANTOS, 728 LIDICE</u>

PAVÃO DE GRATIA
FLS.
156
P. 11

Autenticado

A

b

75

<u>13</u>	<u>SEDEST</u>	<u>CASA DOS CONSELHOS TUTELARES</u>	<u>RUA DUQUE DE CAXIAS, Nº 50</u>
<u>14</u>	<u>SEDEST</u>	<u>CRESCER CONVIVER IDOSO</u>	<u>AV. RONDON PACHECO Nº 5865</u>
<u>15</u>	<u>CULTURA</u>	<u>TEATRO MUNICIPAL</u>	<u>AV. RONDON PACHECO, 7070</u>
<u>16</u>	<u>CULTURA</u>	<u>PRAÇA PEC</u>	<u>RUA CORDILHEIRA DOS ANDES, 1015 B. CAMPO ALEGRE</u>
<u>17</u>	<u>SEDEST</u>	<u>REDE CRESCER ESTAÇÃO CIDADANIA</u>	<u>AV. FELIPE CALIXTO MILKEN, 137 BAIRRO MORUMBI</u>
<u>18</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM ANTONIO MARTINS DA SILVA</u>	<u>AV. CENTRAL, S/N DISTRITO DE MARTINÉSIA (SEDE)</u>
<u>19</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM DO MORENO</u>	<u>FAZ. TENDA DOS MORENOS / ESTRADA DO PAU FURADO</u>
<u>20</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM JOSE MARRA DA FONSECA</u>	<u>RUA DA EDUCAÇÃO, 146 DISTRITO CRUZEIRO DOS PEIXOTOS</u>
<u>21</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM OLHOS D'AGUA</u>	<u>FAZENDA OLHOS D'AGUA - BR 346, KM 14</u>
<u>22</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM SEBASTIÃO RANGEL</u>	<u>AV. JOSE PEDRO ABALÉM, 779 DISTRITO DE TAPUIRAMA</u>
<u>23</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM DE SOBRADINHO</u>	<u>FAZENDA SOBRADINHO</u>
<u>24</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>CENTRO SOLIDÁRIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - SERVAS</u>	<u>ALAMEDA JOSE DE OLIVEIRA, 1680 JARDIM DAS PALMEIRAS</u>
<u>25</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI AUGUSTA MARIA DE FREITAS</u>	<u>RUA SERRA DO IBIAPADA, 152 BAIRRO SERINGUEIRAS</u>
<u>26</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI CORA CORALINA</u>	<u>RUA OCIDENTAL, 44 BAIRRO JARDIM IPANEMA</u>
<u>27</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI DO BAIRRO CRUZEIRO DO SUL</u>	<u>RUA LOURDES B. GARCIA, 80 CRUZEIRO DO SUL</u>
<u>28</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI DO BAIRRO ESPERANÇA</u>	<u>RUA JERCI R. BRAGA, 22 BAIRRO ESPERANÇA</u>

116

Sebastião

Handwritten signature

Handwritten signature

<u>29</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI DO BAIRRO GUARANI</u>	<u>RUA DA POLÇA, 581 BAIRRO GUARANI</u>
<u>30</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI DO BAIRRO JARDIM BRASILIA</u>	<u>RUA PLUTÃO, 995 BAIRRO JARDIM BRASILIA</u>
<u>31</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI DO BAIRRO MARTA HELENA</u>	<u>RUA BAHIA, 2319 BAIRRO MARTA HELENA</u>
<u>32</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI DO BAIRRO PATRIMÔNIO</u>	<u>RUA BOCAIUVA, 10 BAIRRO PATRIMÔNIO (SEDE)</u>
<u>33</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>PMAE</u>	<u>RUA MARIA DIRCE RIBEIRO, 476</u>
<u>34</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI DO BAIRRO TOCANTINS</u>	<u>RUA DR. MANOEL T.T.DE SOUZA, 690 BAIRRO TOCANTINS</u>
<u>35</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI DO BAIRRO TUBALINA</u>	<u>AV. CARLOS GOMES, 54 BAIRRO TUBALINA</u>
<u>36</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI DO CONJUNTO ALVORADA</u>	<u>AV. ALCIDES PEIXOTO BARBOSA, S/N BAIRRO ALVORADA</u>
<u>37</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI DO CONJUNTO SANTA LUZIA</u>	<u>RUA MANOEL FERNANDES SILVA, 22 BAIRRO SANTA LUZIA</u>
<u>38</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI EURIPEDES ROCHA</u>	<u>RUA AVELINO JORGE DO NASCIMENTO, 171 B.ROOSEVELT</u>
<u>39</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI FRANCISCO BUENO MONTEIRO</u>	<u>RUA THIAGO, 286 BAIRRO MARAVILHA</u>
<u>40</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI GRANDE OTELO</u>	<u>RUA BOCAIUVA, 14 BAIRRO MORADA DA COLINA</u>
<u>41</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI HIPÓLITA TERESA ERANCI</u>	<u>RUA CANOAS, 140 BAIRRO MORUMBI (SEDE)</u>
<u>42</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI IRMÃ MARIA APARECIDA MONTEIRO</u>	<u>RUA NUPOTIRA SALES, 03 BAIRRO ESPERANÇA</u>

76

11 + 2

Assinado

77

<u>43</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI JEAN PIAGET</u>	<u>RUA DOS TAMBORINS, 75</u> <u>BAIRRO TAIAMAN (SEDE)</u>
<u>44</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI JORNALISTA LUIZ</u> <u>FERNANDO QUIRINO</u>	<u>RUA DOS SININHOS, 215</u> <u>BAIRRO JARDIM CELIA</u>
<u>45</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI MARIA APARECIDA DA</u> <u>SILVA</u>	<u>RUA NOSSO LAR, 791 BAIRRO</u> <u>JARDIM BRASILIA</u>
<u>46</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI MARIA BEATRIZ VILELA</u> <u>DE OLIVEIRA</u>	<u>RUA MIGUEL BARCHA, 90</u> <u>BAIRRO INDUSTRIAL (SEDE)</u>
<u>47</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI M^º TEREZINHA CUNHA</u> <u>SILVA</u>	<u>RUA EDÉSIO F. DE MORAIS,</u> <u>75 BAIRRO ALVORADA</u>
<u>48</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI MONTEIRO LOBATO</u>	<u>RUA EUCLIDES DA CUNHA,</u> <u>480 BAIRRO CUSTÓDIO</u> <u>PEREIRA</u>
<u>49</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PAMPULHA</u>	<u>RUA PROFESSOR INÁCIO</u> <u>CASTILHO, 385 BAIRRO</u> <u>PAMPULHA</u>
<u>50</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PAULO FREIRE</u>	<u>RUA PIO XII, S/Nº BAIRRO</u> <u>JARDIM OZANAN</u>
<u>51</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PLANALTO</u>	<u>RUA DO BORRACHEIRO, 291</u> <u>BAIRRO PLANALTO (SEDE)</u>
<u>52</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PRF^º SAINT'CLAIR</u> <u>NETTO</u>	<u>RUA DOS ROUSSELS, 789</u> <u>BAIRRO MINAS GERAIS</u>
<u>53</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROF^º SÉRGIO</u> <u>APARECIDO DA SILVA</u>	<u>RUA DR. VIVALDI CUNHA, 25</u> <u>BAIRRO JARDIM AMÉRICA</u>
<u>54</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROF^º THALES DE</u> <u>ASSIS MARTINS</u>	<u>RUA BAHIA, 2359 BAIRRO</u> <u>MARTA HELENA</u>
<u>55</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>PRF^º CARMELITA VIEIRA</u> <u>DOS SANTOS</u>	<u>PRACA DAS NAÇÕES, 91</u> <u>BAIRRO TIBERY</u>
<u>56</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>PROF^º EDNA APARECIDA DE</u> <u>OLIVEIRA</u>	<u>RUA DO GARÇOM, 476</u> <u>BAIRRO SANTO INÁCIO</u>
<u>57</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROF^º ELÓAH MARIA</u> <u>DE MENEZES</u>	<u>RUA DAS RABECAS, 30</u> <u>BAIRRO TAIAMAN</u>

1186

1186

78

58	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROFª GESIMEIRE</u> <u>FÁTIMA ARAÚJO</u>	<u>RUA JOAQUIM FERNANDES</u> <u>VELOSO, 179 B. JARDIM</u> <u>FINOTTI</u>
59	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROFª IZILDINHA Mª</u> <u>DO AMARAL</u>	<u>RUA OSVALDO SAMORA, 02</u> <u>BAIRRO LUIZOTE DE FREITAS</u>
60	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROFª MARIA CLARO</u>	<u>RUA DO BASALTO, SNª</u> <u>BAIRRO SÃO JOSE</u>
61	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROFª MARIA LUIZA</u> <u>BARBOSA DE SOUZA</u>	<u>RUA IRACI MARCELINO</u> <u>VIEIRA, 170 CONJUNTO</u> <u>VIVIANE</u>
62	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROFª SÔNIA</u> <u>APARECIDA ÁLVARES DE</u> <u>OLIVEIRA</u>	<u>RUA RIO VOLGA, 54 BAIRRO</u> <u>MANSOUR</u>
63	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROFª STELA MARIA</u> <u>DE PAIVA CARRIJO</u>	<u>RUA QUINTINO BOCAIUVA,</u> <u>985 BAIRRO CENTRO</u>
64	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI RAIMUNDO VIEIRA DA</u> <u>CUNHA</u>	<u>RUA JOSE FLORES, 64 BAIRRO</u> <u>ACLIAMAÇÃO</u>
65	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI ROOSEVELT</u>	<u>RUA JOÃO JUSTINO</u> <u>FERNANDES, 319 BAIRRO</u> <u>ROOSEVELT</u>
66	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI SÃO FRANCISCO DE</u> <u>ASSIS</u>	<u>PRAÇA SÃO FRANCISCO DE</u> <u>PAULA, S/Nª BAIRRO</u> <u>TUBALINA</u>
67	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI VERA ANITA</u> <u>NASCIMENTO DE SOUZA</u>	<u>RUA ALFREDO JULIO, 355</u> <u>BAIRRO OSVALDO</u>
68	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI MARIA FLORIPES</u> <u>ALVES</u>	<u>RUA ROBERTO MARGONARI,</u> <u>810 BAIRRO LUIZOTE DE</u> <u>FREITAS</u>
69	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROFª CLESILDA ALVES</u> <u>ROSA</u>	<u>AL. RODRIGUESO PEREIRA DE</u> <u>SOUZA, 34 BAIRRO JD DAS</u> <u>PALMEIRAS</u>
70	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROFª SHIRLEY</u> <u>LOURDES DE MENEZES</u> <u>VIEIRA</u>	<u>AV. SALOMÃO ABRAHÃO, 39</u> <u>BAIRRO STA MÔNICA</u>



Handwritten signature and initials.

79

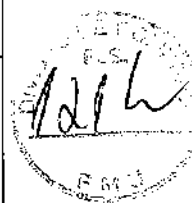
<u>71</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROFª VERIDIANA RODRIGUES CARNEIRO</u>	<u>RUA IONE FONSECA CARNEIRO, 100 BAIRRO MANSOUR</u>
<u>72</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM CIDADE DA MÚSICA</u>	<u>RUA DAS JURITIS, 1315 BAIRRO CIDADE JARDIM</u>
<u>73</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFª VALDIR ARAÚJO</u>	<u>RUA RIO TIBRE, 221 BAIRRO MANSOUR</u>
<u>74</u>	<u>SEDEST</u>	<u>CREAS/CRESCER PROTETIVO</u>	<u>AV. RONDON PACHECO, 1501 BAIRRO LÍDICE</u>
<u>75</u>	<u>SEDEST</u>	<u>CREAS/CRESCER SOCIEDUCATIVO</u>	<u>AV. RONDON PACHECO, 2446 BAIRRO SARAIVA</u>
<u>76</u>	<u>SEDEST</u>	<u>CRESCER CONVIVER LUIZOTE</u>	<u>RUA ROBERTOMARGONARI, 100 B. LUIZOTE DE FREITAS</u>
<u>77</u>	<u>SEDEST</u>	<u>CRESCER CONVIVER GUARANI E CENTRO RESIDENCIAL DO IDOSO</u>	<u>AV. DO CARNAVAL, 415 BAIRRO GUARANI</u>
<u>78</u>	<u>SEDEST</u>	<u>CENTRO POP</u>	<u>RUA RAFAEL RINALDI, 1485 BAIRRO MARTINS</u>
<u>79</u>	<u>AGROPECUÁRIA</u>	<u>MERCADO MUNICIPAL</u>	<u>RUA OLEGÁRIO MACIEL, 255 BAIRRO CENTRO</u>
<u>80</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI DO BAIRRO LUIZOTE DE FREITAS</u>	<u>RUA ROBERTO MARGONARI, 753 BAIRRO LUIZOTE</u>
<u>81</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI DO BAIRRO MANSOUR</u>	<u>RUA RIO CITARÉ, 52 BAIRRO MANSOUR</u>
<u>82</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI DO BAIRRO SHOPPING PARK</u>	<u>RUA JURANDIR MACEDO, 91 BAIRRO SHOPPING PARK</u>
<u>83</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI MARIA PACHECO DE REZENDE</u>	<u>AV. UBIRATAN HONÓRIO DE CASTRO, 680 B. SANTA MÔNICA</u>
<u>84</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROFª HORLANDI VIOLATTI</u>	<u>RUA JOSE R SANTOS, 1010 BAIRRO BRASIL</u>

1204

Reverso

80

<u>85</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROFª OLÍVIA CALÁBRIA</u>	<u>RUA ALEXIA ABRAHÃO, 301</u> <u>BAIRRO NOVA UBERLÂNDIA</u>
<u>86</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI PROFª ROSÂNGELA BORGES CUNHA</u>	<u>RUA SERRA SANTA MARTA,</u> <u>105 BAIRRO SERINGUEIRAS</u>
<u>87</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEI ZACARIAS PEREIRA DA SILVA</u>	<u>RUA JOSE M. SARAMAGO,</u> <u>534 BAIRRO SANTA MÔNICA</u>
<u>88</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>CAMPOS MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA</u>	<u>RUA MARIA SALVINA DE CARVALHO, 300 B. MORADA DA COLINA</u>
<u>89</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E PROJETOS JULIETA DINIZ (CEMEPE)</u>	<u>AV. PROF. JOSE INÁCIO DE SOUZA, 1958 BAIRRO BRASIL</u>
<u>90</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM AFRÂNIO RODRIGUES DA CUNHA</u>	<u>RUA MUNDIAL, 640 BAIRRO JARDIM BRASILIA</u>
<u>91</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EMEF AMANDA CARNEIRO TEIXEIRA</u>	<u>AV. JOSE INÁCIO DE SOUZA,</u> <u>1890 BAIRRO BRASIL</u>
<u>92</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM BOA VISTA</u>	<u>RUA JOAQUIM FERREIRA RODRIGUES, 460 BAIRRO TOCANTINS</u>
<u>93</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM DO BAIRRO SHOPPING PARK</u>	<u>AV. IVETE CORDEIRO DA SILVA, 450 SHOPPING PARK</u>
<u>94</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM DR. GLADSEN GUERRA DE REZENDE</u>	<u>RUA GAZA, 330 BAIRRO JARDIM CANAÃ</u>
<u>95</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM DR. JOEL CUPERTINO RODRIGUES</u>	<u>RUA DA UNIDADE, 80 BAIRRO DOM ALMIR</u>
<u>96</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM EUGÊNIO PIMENTEL ARANTES</u>	<u>RUA DO MOINHO, 60 BAIRRO MORUMBI</u>
<u>97</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM GUARDA ANTª RODRIGUES NASCIMENTO</u>	<u>RUA DAS VIOLAS, 45 BAIRRO DONA ZULMIRA</u>
<u>98</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM HILDA LEÃO CARNEIRO</u>	<u>RUA GAMELA, 220 BAIRRO MORUMBI</u>



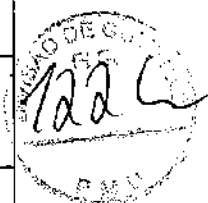
Assinado

[Signature]

[Signature]

81

<u>99</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM INSPETORA FRANCE</u> <u>ABADIA MACHADO</u> <u>SANTANA</u>	<u>RUA LAURINDO FONSECA</u> <u>SILVA, 144 BAIRRO JARDIM</u> <u>PATRÍCIA</u>
<u>100</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM IRMÃ ODÉLCIA LEÃO</u> <u>CARNEIRO</u>	<u>RUA SERRA PACARAÍMA, 800</u> <u>BAIRRO SÃO GABRIEL</u>
<u>101</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM ODILON CUSTÓDIO</u> <u>PEREIRA</u>	<u>RUA CHAPADA DA</u> <u>DIAMANTINA, 355 BAIRRO</u> <u>SERINGUEIRAS</u>
<u>102</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM MÁRIO ALVES ARAÚJO</u> <u>SILVA</u>	<u>RUA ROBERTO MARGONARI,</u> <u>406 BAIRRO LUIZOTE</u>
<u>103</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PRESIDENTE ITAMAR</u> <u>FRANCO</u>	<u>RUA JURANDIR MACEDO, 185</u> <u>BAIRRO SHOPPING PARK</u>
<u>104</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº DOMINGOS</u> <u>PIMENTEL DE ULHÔA</u>	<u>RUA ANTONIO R. CHAVES,</u> <u>1540 BAIRRO SANTA MÔNICA</u>
<u>105</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROF. EURICO SILVA</u>	<u>RUA ANTONIO ALVES DOS</u> <u>SANTOS, 39 CONJUNTO</u> <u>VIVIANE</u>
<u>106</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº JACY DE ASSIS</u>	<u>RUA ANTONIO B. DA</u> <u>COSTA, 111 BAIRRO AURORA</u>
<u>107</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº LADÁRIO</u> <u>TEIXEIRA</u>	<u>RUA ACRE, 1044 BAIRRO</u> <u>NOSSA SENHORA DAS</u> <u>GRAÇAS</u>
<u>108</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº LEÔNCIO DO</u> <u>CARMO CHAVES</u>	<u>RUA ENGENHEIRO, 416</u> <u>BAIRRO PLANALTO</u>
<u>109</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº LUIS ROCHA E</u> <u>SILVA</u>	<u>AV. AFONSO ARINOS DE</u> <u>MELO FRANCO, 470 BAIRRO</u> <u>TUBALINA</u>
<u>110</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº MARIO GODOY</u> <u>CASTANHO</u>	<u>RUA JOAQUIM ROBERTO DE</u> <u>SOUZA 508, BAIRRO</u> <u>TOCANTINS</u>
<u>111</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº MILTON DE</u> <u>MAGALHÃES PORTO</u>	<u>RUA DO SERVIÇO A, 136</u> <u>BAIRRO SEGISMUNDO</u> <u>PEREIRA (SEDE)</u>



Justo

[Signature]

[Signature]

<u>112</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº OSWALDO VIEIRA GONÇALVES</u>	<u>PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, S/N BAIRRO CUSTÓDIO PEREIRA</u>
<u>113</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº OTÁVIO BATISTA COELHO FILHO</u>	<u>RUA JOSE R. DOS SANTOS, 1010 BAIRRO BRASIL</u>
<u>114</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº SÉRGIO DE OLIVEIRA MARQUEZ</u>	<u>RUA MARIA ABRÃO CALIL, 25 BAIRRO PACAEMBU</u>
<u>115</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº VALDEMAR FIRMINO DE OLIVEIRA</u>	<u>RUA AFONSO LOURENÇO, 249 BAIRRO GRANADA</u>
<u>116</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº BENEDITA PIMENTEL DE U. ROCHA</u>	<u>RUA GUIOMAR DE FARIA, 40 BAIRRO INDUSTRIAL</u>
<u>117</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº CARLOTA DE ANDRADE MARQUEZ</u>	<u>RUA DOS SININHOS, 205 BAIRRO JARDIM CÉLIA</u>
<u>118</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº CECY CARDOSO PORFÍRIO</u>	<u>AV. RIO JEQUITINHONHA, 451 BAIRRO MANSOUR</u>
<u>119</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº GLÁUCIA SANTOS MONTEIRO</u>	<u>RUA JOSE MALAQUIAS DOS SANTOS, 790 BAIRRO CARAJÁS</u>
<u>120</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº IRACY ANDRADE JUNQUEIRA</u>	<u>RUA MARIA ABADIA MAMEDE, 385 BAIRRO PLANALTO</u>
<u>121</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº IRENE MONTEIRO JORGE</u>	<u>RUA CANOAS, 113 BAIRRO MORUMBI</u>
<u>122</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº JOSIANY FRANÇA</u>	<u>RUA NAZARÉ, 519 BAIRRO JARDIM CANAÃ</u>
<u>123</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº MARIA JOSE MAMEDE MOREIRA</u>	<u>RUA DO GARÇON, 101 BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS</u>
<u>124</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº MARIA LEONOR DE FR. BARBOSA</u>	<u>RUA CABRAL MENEZES, 216 BAIRRO ROOSEVELT</u>
<u>125</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFº OLGA DEL FÁVERO</u>	<u>RUA JORDÂNIA, 157 BAIRRO LARANJEIRAS</u>

82

1234

1234

1234

39

1234

<u>126</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFª ORLANDA NEVES</u> <u>STRACK</u>	<u>RUA DA PRODUÇÃO, 1675</u> <u>BAIRRO MINAS GERAIS</u>
<u>127</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM PROFª STELLA SARAIVA</u> <u>PEANO</u>	<u>RUA CLÁSSICA, 333 BAIRRO</u> <u>GUARANI III</u>
<u>128</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM SEBASTIANA SILVEIRA</u> <u>PINTO</u>	<u>RUA ANTONIO B. DA COSTA,</u> <u>161 BAIRRO AURORA</u>
<u>129</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>	<u>EM FREITAS AZEVEDO</u> <u>(ZONA RURAL)</u>	<u>AV. ALDO BORGES LEÃO,</u> <u>2309 BAIRRO MORADA</u> <u>NOVA</u>
<u>130</u>	<u>ADMINISTRAÇÃO</u>	<u>DIRETORIA DE COMPRAS</u>	<u>AV. UBIRATAN HONÓRIO DE</u> <u>CASTRO, 826 B.SANTA</u> <u>MÔNICA</u>
<u>131</u>	<u>SEDEST</u>	<u>CRAS PEQUIS</u>	<u>AV. WILSON RODRIGUES DA</u> <u>SILVA, 940 RES. PEQUIS</u>
<u>132</u>	<u>SEDEST</u>	<u>CRAS PEQUIS</u>	<u>AV. WILSON RODRIGUES DA</u> <u>SILVA, 880 RES. PEQUIS</u>
<u>133</u>	<u>SEDEST</u>	<u>CEAI LARANJEIRAS</u>	<u>RUA SENEGAL, 30 BAIRRO</u> <u>LARANJEIRAS</u>
<u>134</u>	<u>TRÂNSITO</u>	<u>DIRETORIA DE</u> <u>ACOMPANHAMENTO E</u> <u>EXECUÇÃO DE PROJETOS</u>	<u>AV. RONDONF PACHECO,</u> <u>57777</u>
<u>135</u>	<u>TRÂNSITO</u>	<u>DIRETORIA DE OPERAÇÕES</u> <u>DE TRÁFICO, NÚCLEO DE</u> <u>TÁXI E TRANSPORTES</u> <u>DIVERSOS, NÚCLEO DA JARI</u> <u>NÚCLEO DE MULTAS</u>	<u>RUA MARTINÉSIA, 245</u>
<u>136</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>137</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>138</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>139</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>140</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>141</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>

1246

Inteiro

40
ce

<u>142</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>143</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>144</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>145</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>146</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>147</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>148</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>149</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>150</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>151</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>152</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>153</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>154</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>155</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>156</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>157</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>158</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>159</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>160</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>161</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>162</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>163</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>164</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>165</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>166</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>167</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>

1255

Interno

85

<u>168</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>169</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>170</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>171</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>172</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>173</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>174</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>175</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>176</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>177</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>178</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>179</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>
<u>180</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>	<u>A DEFINIR</u>

1266
PMU

Auto

R

96